

# RELATÓRIO ATIVIDADES

## 2015



## **Ficha Técnica**

Título: Relatório Anual de Atividades da Agência Portuguesa do Ambiente 2015

Editor: Agência Portuguesa do Ambiente

Data de Edição: Março 2016

Coordenação Geral: Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente

Coordenação Técnica: Angelina Castro e Elisabete Almeida (DFIN)

Autoria: Lígia Gomes e Carla Brito (DFIN)

Design e Paginação: DCOM



**AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE**



## ÍNDICE

---

---

I.	NOTA INTRODUTÓRIA .....	5
II.	AUTO-AVALIAÇÃO .....	9
	1.AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS .....	9
	2.AVALIAÇÃO DE RECURSOS .....	26
	3.AVALIAÇÃO DE CONTEXTO .....	33
III.	ANÁLISE SINTÉTICA DO BALANÇO SOCIAL .....	44
IV.	AVALIAÇÃO FINAL .....	50
	Índice de Figuras, Tabelas e Quadros .....	52
	Acrónimos .....	53

## I. NOTA INTRODUTÓRIA

À semelhança de anos anteriores, em 2015 a **Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)** desenvolveu um vasto conjunto de atividades que decorreram das suas competências legais e do quadro estratégico delineado. Nos termos legais, a sua atividade desenvolveu-se em linha com o Programa de Governo, as Grandes Opções do Plano 2012-2015 e a Estratégia Orçamental 2011-2015.

Como é sabido, em 2015 verificou-se uma **mudança de governo** em resultado das eleições legislativas de Outubro, sendo de registar a nova configuração do ministério com a tutela do ambiente - o MAMB, que inclui no seu portfolio competências na área dos transportes e mobilidade. No exercício das suas competências a APA elaborou dezenas de dossiês de briefing aos novos membros do governo.

O ano de 2015 ficou marcado pelo início da implementação de um novo paradigma de licenciamento na área do ambiente, através do **Licenciamento Único de Ambiente (LUA)**, com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2015 de 11 de Maio e com o licenciamento da plataforma online no âmbito do SILiAmb e do SIR. O regime LUA assenta na noção de “um pedido, um dossiê, uma taxa e uma decisão”, dessa forma facilitando significativamente a vida aos cidadãos e empresas.

Em termos da **atividade internacional** da APA, sem dúvida que esta teve como ponto alto a **Conferência de Paris (COP 21)**, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Nessa cimeira foi adotado um novo acordo internacional de combate às alterações climáticas, que substituiu o Protocolo de Quioto (PQ). A APA apoiou a delegação de alto nível chefiada pelo Senhor Primeiro-ministro e a delegação ministerial chefiada pelo Senhor MAMB coadjuvado pelo Senhor SEAMB.

Outro pilar da atividade internacional da APA é a **Convenção de Albufeira (CADC)**, que regula as bacias hidrográficas Luso-Espanholas. Após cerca de 2 anos de intensa atividade ao nível técnico e diplomático, em 2015 foi realizada uma Conferência das Partes, presidida pelos ministros do ambiente de Portugal e Espanha. Foram acordados importantes aspetos em matéria de gestão de eventos extremos, bem como em matéria de cooperação na elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) de ambos os países.

Em matéria de **gestão do Litoral**, em 2015 ficaram concluídas praticamente todas as intervenções aprovadas no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) e do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL). Foi também apresentado o **relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (GTL)**, tendo a APA participado na sua redação. A APA apresentou ainda, na qualidade de Autoridade Nacional de Gestão de Zonas Costeiras, propostas em matéria de governação do litoral.

É igualmente de realçar a elaboração dos **Programas de Orla Costeira (POC)**, que foram em 2015 já objeto de articulação com os municípios no respeitante à integração das vertentes urbanísticas nos planos municipais de ordenamento do território, nos termos da LBOTS.

Tal como planeado, em 2015 concluíram-se os trabalhos de **demarcação do Domínio Público no Litoral**, aguardando-se parecer final da DGAM.

Ainda em matéria de **recursos hídricos**, deu-se continuidade à elaboração da Lei do **Plano Nacional da Água (PNA)**, tendo este sido sujeito a consulta pública.

De maior relevância, prosseguiu-se em 2015 a elaboração dos **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH)** de 2ª geração e dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), tendo estes sido apresentados quer a mais uma ronda de consulta pública de 6 meses, quer aos reinstituídos Conselhos de Região Hidrográfica.

Foi ainda iniciada a instalação da **nova rede hidrometeorológica de recursos hídricos**, com apoio de verbas comunitárias. A terminar os destaques em matéria de água, foi aprovado no ano transato o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Sistemas de Águas Residuais (**PENSAAR2020**), através do Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril, dotando o setor do ciclo urbano da água de enquadramento estratégico no período 2015-2020.

Em matéria de **resíduos**, em 2015 ficaram concluídos vários processos de **licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos**, tendo sido emitidas as licenças SOGILUB e VALORMED. Prosseguiu-se na negociação com as partes interessadas das complexas licenças do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), e iniciou-se a elaboração das licenças de resíduos elétricos e eletrónicos (REE) e Pneus Usados.

Em termos de planeamento de resíduos, foi aprovado o **Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)** através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, de 16 de março. Iniciou-se também a **implementação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU2020)**, sendo a APA a coordenadora do grupo de acompanhamento deste plano.

Em 2015 foi também concluída a proposta de pacote legislativo sobre prevenção da contaminação e remediação dos solos, que foi objeto de discussão pública.

As políticas de **qualidade do ar** e de **alterações climáticas** conheceram em 2015 importantes desenvolvimentos em matéria de planeamento. Com efeito, concluiu-se o projeto de **Estratégia Nacional para o Ar (ENAR)**, que foi sujeita a discussão pública e deu-se a publicação do **Quadro Estratégico da Política Climática (QEPIC)**, que inclui o novo **Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2020-30)** e atualiza a **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)**.

Em 2015 foi elaborado o primeiro **Programa de Fiscalização** da APA de cariz integrado, apostado no aumento de atividades de fiscalização e de um novo impulso em matéria de coordenação desta atividade com outras entidades como as CCDR, o SEPNA, a DGAM e os municípios.

Em 2015 deu-se início à implementação da **Reforma da Fiscalidade Verde**, tendo a APA várias tarefas de monitorização e de operacionalização dessa reforma, em particular no respeitante à Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), à taxa sobre sacos de plásticos leves, e ao incentivo ao abate de veículos em fim de vida (VFV).

Em 2015 foi concluído o **Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)**, tendo a APA apoiado MAOTE na sua elaboração. No âmbito de **emergências nucleares e radiológicas e proteção radiológica ambiental**, foi assinado o Protocolo Técnico de Cooperação entre a Agência Portuguesa do Ambiente, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, da República de Portugal, e o Conselho de Segurança Nuclear do Reino de Espanha, que concretiza a colaboração e cooperação bilateral já existente e apoiada nos mecanismos comunitários e internacionais.

Deu-se em 2015 também início à implementação da **Reforma da Fiscalidade Verde**, tendo a APA várias tarefas de monitorização e de operacionalização dessa reforma, em particular no respeitante à Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), à taxa sobre sacos de plásticos leves, e ao incentivo ao abate de veículos em fim de vida (VFV).

Para garantir o sucesso da implementação das políticas públicas em matéria de ambiente, recursos hídricos e resíduos, a APA, enquanto autoridade técnica de vários fundos ambientais (**Fundo Português de Carbono (FPC)**, **Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRH)** e **Fundo de Intervenção Ambiental (FIA)**), continuou a apostar numa abordagem integrada da gestão dos financiamentos ambientais, procurando a maximização do investimento dos fundos estruturais e ambientais.

A APA iniciou em 2015 tarefas de apoio ao POSEUR no respeitante à elaboração dos regulamentos em matéria de resíduos, recursos hídricos, ciclo urbano da água e litoral, ar e alterações climáticas. Foram ainda preparadas várias candidaturas nas quais a APA será beneficiária.

Em 2015 deu-se a conclusão formal do processo de fusão da APA, com a publicação do despacho n.º 9857/2015, de 31 de agosto, encontrando-se finalizados os processos de reafecção de trabalhadores, dos recursos financeiros e do património. Mas sobretudo, tal como referido no plano de atividades de 2015, “a APA incorpora hoje uma cultura própria, sem ter posto em causa as especificidades temáticas e regionais das suas diferentes áreas” de atuação.

Tendo por isso presente que a melhoria da prestação de serviço público é uma tarefa permanente, a APA prosseguiu a aposta estratégica de desmaterialização de processos, da interoperabilidade e consolidação das tecnologias e sistemas de informação, em particular do Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb).

Para cumprir o seu plano de atividades, a APA contou em 2015 com **46,5 M€** de Orçamento de Investimento e de **38,9 M€** de Orçamento de Funcionamento, dispondo assim de um **orçamento nominal de 85,5 M€**. Contou também com **691 efetivos**. Foram vários os constrangimentos que criaram desafios à execução de alguns projetos em 2015, a maioria decorrentes de variáveis exógenas à APA. Contudo, e apesar desses constrangimentos alcançou-se uma significativa taxa de execução física e financeira dos projetos e das atividades planeadas para 2015, sendo mesmo a mais elevada desde há vários anos.

Os resultados alcançados são assim resultado do empenhamento, dedicação e competência técnica dos colaboradores da Agência Portuguesa do Ambiente, bem como de uma crescente cultura colaborativa da APA com um vasto leque de parceiros.



## ORIENTAÇÕES GERAIS PROSSEGUIDAS PELA APA

### O NOSSO COMPROMISSO



FIGURA 1 - MISSÃO, LEMA E VISÃO

### OS NOSSOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

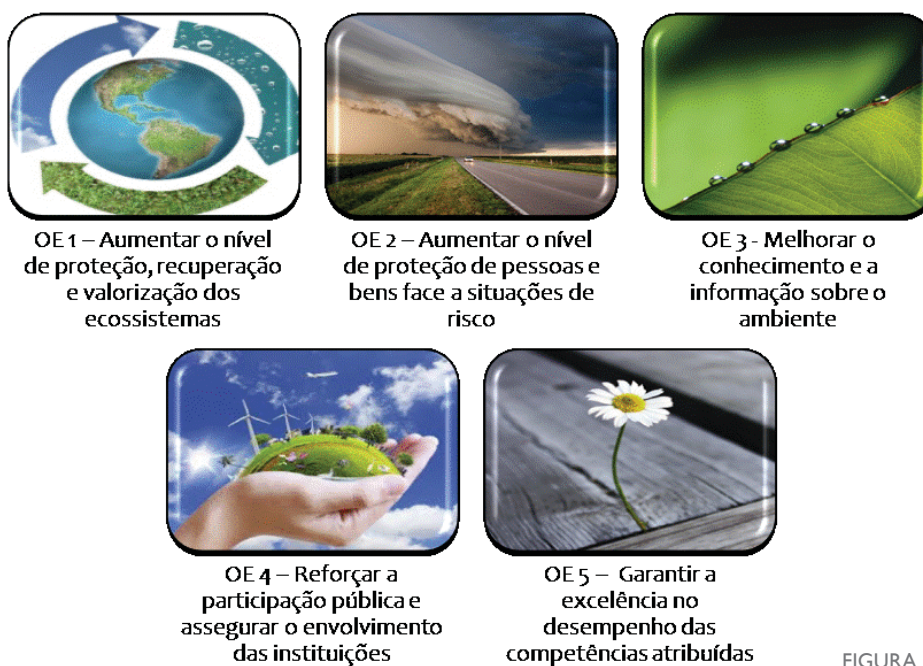


FIGURA 2 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PROSSEGUIDAS PELA APA

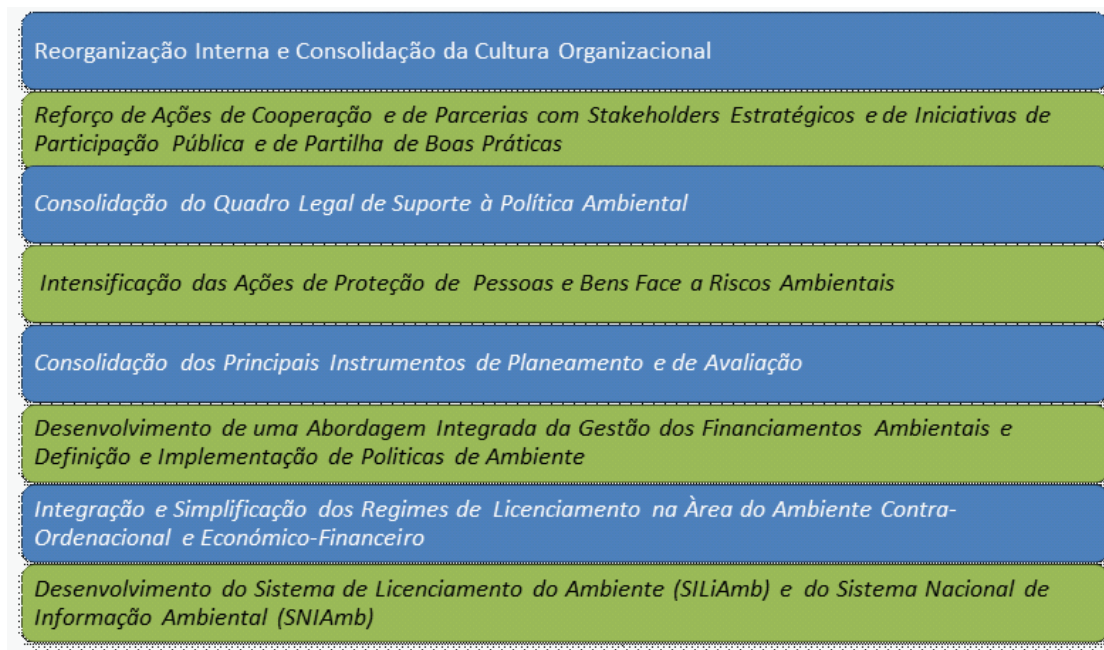


FIGURA 3 - PRIORIDADES DE AÇÃO



## II. AUTO-AVALIAÇÃO

### I. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste ponto apresenta-se um balanço dos projetos estratégicos e das atividades realizados por prioridade de ação nas diversas áreas de atuação onde a Agência desenvolve as suas atribuições.

#### REORGANIZAÇÃO INTERNA E CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Em 2015, ficou concluído o processo de fusão da APA, com a publicação do despacho n.º 9857/2015, de 31 de agosto, encontrando-se terminados os processos de reafecção de trabalhadores, dos recursos financeiros e do património. Com a conclusão deste processo a APA incorpora e transmite hoje uma cultura própria, sem colocar em causa as especificidades temáticas e regionais das suas diferentes áreas de negócio.

A APA continuou a apostar na melhoria da eficiência e eficácia do serviço público prestado, prosseguindo projetos de harmonização, simplificação e desmaterialização de procedimentos, e de interoperabilidade, consolidação e desenvolvimento dos sistemas de informação existentes, em particular do SILiAmb e do SNIAmb.

#### Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial

- Desenvolvimento e operacionalização do NAV (Sistema de Controlo de Receitas-faturação e emissão de DUC).
- Transferência e centralização do arquivo da APA; unificação dos contratos de manutenção e exploração; racionalização de aquisições de bens e serviços através das compras pela Unidade Ministerial de Compras (UMC).- Transferência de gestão de infraestruturas hidráulicas para utilizadores de aproveitamentos hídricos (fins múltiplos ou preponderantes) ao abrigo da Lei da Água.
- Unificação dos sistemas da qualidade da rede laboratorial da APA, onde se destacaram as seguintes atividades:
  - Revisão dos documentos do sistema de gestão da qualidade.
  - Elaboração do Manual da Qualidade da rede laboratorial.
  - Configuração da aplicação InnovWay.
- Incremento do âmbito de abrangência da acreditação e captar novos clientes / parceiros com a extensão do âmbito da acreditação novos de parâmetros na rede laboratorial.

#### Recursos Humanos e Qualificação

- Aumento da qualificação dos trabalhadores através da execução de um Plano de Formação técnica e qualificada adaptada às necessidades da APA.
- Promover o recrutamento de pessoal com perfis altamente especializados, aumentando assim o índice de tecnicidade da APA.

#### Atendimento e Comunicação

- Promoção dos processos de participação pública em matéria de ambiente: PNA, PGRHs, PGRI, ENAR; PNAC.
- Divulgação ao público das melhores práticas nos domínios da educação e cidadania ambiental- Promoção dos processos de participação pública em matéria de ambiente.
- Requerimentos de deputados. Como é hábito, a APA respondeu ao longo do ano a largas dezenas de solicitações de informação de grupos parlamentares.

- Comunicação social. A APA é diariamente solicitada por parte da comunicação social a pronunciar-se sobre diversas matérias ambientais. Em 2015 esta atividade ascendeu a largas centenas de solicitações e correspondentes respostas, tendo o tempo de resposta da APA melhorado substancialmente.

### **Consolidação e Interoperabilidade das Tecnologias e Sistemas de Informação da APA**

- Consolidação do HelpDesk interno.
- Solução que permita assegurar de forma centralizada a gestão de todo o parque de desktops e servidores.
- Renovação do parque de desktops, com enfoque na virtualização (VDI).
- Automatização de gestão e atualizações para desktops.
- Consolidação da Virtual Network Computing (VNC).
- Conclusão da implementação de uma rede única para toda a APA.
- Conclusão da implementação de uma Solução Centralizada de Backups.
- Conclusão da instrução de procedimentos ao nível das interações a realizar com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPA) e Agência de Modernização Administrativa (AMA) no âmbito das Tecnologias e Sistemas de Informação.
- Implementação de Tecnologias de Comunicações, em particular de uma nova central telefónica VOIP.
- Sistema de Informação de Pessoal ao nível de Dados, Aplicacional e Tecnologia associada.
- Solução que permita assegurar de forma harmonizada a emissão de guias de liquidação/faturação e gerir de modo eficiente o processo de cobrança de receitas.
- Início do projeto Business Intelligence (BI) da APA.
- Gestão do Modelo de Dados Mestre, da gestão das entidades de toda a APA.
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão Documental da APA.
- Implementação de Processos de Atividades da APA, com Tecnologia adequada.

### **Desenvolvimento do SILiAmb**

- Upgrade do SILiAmb como plataforma de processamento e gestão do LUA.
- 1ª release do LUA, no âmbito do SIR.
- Webservices para interoperabilidade com a aplicação de gestão de pagamentos da APA.
- Desenvolvimento de ferramentas que facilitem o manuseamento de dados, a visualização gráfica da informação e a elaboração de relatórios (utilizações, títulos e autocontrolo).
- Desenvolvimento do módulo de Emissões Atmosféricas do SILiAmb.
- Desenvolvimento dos módulos Pollutant Release and Transfer Register (PRTR) e Componentes Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) + Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

### **Desenvolvimento do SNIAmb**

- Consolidação da Infraestrutura de dados espaciais (IDE).
- Prossecução do desenvolvimento do geoportal da APA, nas suas componentes de exploração, visualização e descarregamento de dados geográficos em cumprimento da Diretiva INSPIRE.
- Desenvolvimento de ferramentas de inquirição e geoprocessamento básico no geovisualizador do sistema.
- Melhoria da interoperabilidade do sistema de modo a facilitar a partilha de informação com outros sistemas análogos.
- Integração plena da informação proveniente de outros sistemas de monitorização da responsabilidade da APA - Água (Sistema Nacional de Recursos Hídricos Português (SNIRH) e Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH), Riscos, Ar, Ruído, Resíduos, etc...
- Incremento do carregamento de meta informação referente a informação não georreferenciada (documental) de natureza ambiental.
- Incremento, atualização e manutenção dos serviços geográficos. - Web Map Service (WMS) e Web Feature Services (WFS), fornecidos pelo sistema de modo a suportar as políticas de dados abertos.
- Desenvolvimento de ferramentas Sistema de Informação Geográfico (SIG) de suporte à atividade dos serviços da APA (via web browser).

## REFORÇO DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO E DE PARCERIAS EM STAKEHOLDERS ESTRATÉGICOS E DE INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E DE PARTILHAS DE BOAS PRÁTICAS

Em termos de **cooperação institucional** destacaram-se iniciativas como:

- A colaboração nos Programas “praia acessível, praia para todos!” e “praia saudável”.
- A colaboração no Programa Bandeira Azul da Europa (apoio, formação, acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto).
- Comissão Técnica de Acompanhamento das Águas Balneares - Coordenação.
- Green Project Awards 2015 - na 8ª edição foram promovidas várias conferências em matérias como desmantelamento de navios, turismo e ambiente.
- Inúmeras parcerias e projetos com Universidades e os principais Centros de Investigação em Economia/Engenharia do Ambiente em Portugal.
- Educação e Cidadania Ambiental para a Sustentabilidade, através da promoção de ações de sensibilização e de concursos relativos à temática ambiental.
- A colaboração no Projeto Eco XXI (apoio, formação, acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto).
- A colaboração no Programa Eco Escolas (apoio, formação, acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto).
- A colaboração no Programa Jovens Repórteres para o Ambiente e no Programa Chave Verde (apoio, formação, acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto).
- Atividades de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável na comunidade sede da APA., Amadora-Bairro do Zambujal.
- Participação Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS).
- Projeto 80, que visa a dinamização do movimento associativo nas escolas e procura promover a educação para a sustentabilidade, empreendedorismo e cidadania democrática.
- Promoção dos sistemas voluntários de gestão ambiental integrada- Implementação do Projeto de Apoio às Organizações para o Registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).
- Coordenação Nacional da Semana Europeia da Mobilidade 2015.
- Acompanhamento e gestão do Programa LIFE. Em 2015, destaca-se a elaboração e submissão à Comissão Europeia/EASME (Executive Agency for Small and Medium-sized Enterprises) de um projeto de capacitação nacional no âmbito do Programa LIFE - “Portugal Capacity Building for Better Use of LIFE”, tendo o mesmo merecido aprovação em dezembro.

### Atividade Internacional

Na dimensão internacional da atividade da APA, em particular no que respeita ao **acompanhamento de dossiês comunitários e internacionais**, merecem especial destaque:

- Grupo Ambiente do Conselho em matérias ambientais diversas.
- Comitês na área resíduos: Diretiva Quadro Resíduos, Diretiva Embalagens, REES, VFVs, Pilhas e Acumuladores, Aterros, Lamas, Responsabilidade Ambiental.
- Comité das Alterações Climáticas (CCC) e seus Grupos de Trabalho (WG) respetivos: WG1 - Inventários, WG2 - Políticas e Medidas, WG3 - Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE) e CELE Aviação (que possui ainda nos seguintes grupos de trabalho técnico (TWG): TWG Benchmark/ Carbon leakage, TWG Monitorização, Task Force Aviação, NER300), WG4 - CO2 veículos; WG 5 - LULUCF e WG6 - Adaptação.
- Comité Qualidade dos Combustíveis.
- Comité Qualidade do Ar e Grupo de Peritos da Qualidade do Ar e dos tetos nacionais de emissão.
- Grupos de trabalho no âmbito da estratégia comum de implementação da Diretiva Quadro da Água, coordenado pela Comissão Europeia: Working Group Ground Water; Working Group Chemicals.
- Working Group do Ecological Status (ECOSTAT); Working Group Water Framework Directive and Agriculture.
- Comité da Diretiva Nitratos, coordenado pela Comissão Europeia.
- Comité/ Grupo de Peritos da Diretiva das Águas Balneares, coordenados pela Comissão Europeia.
- Comité das Autoridades Nacionais Designadas para o Regulamento (CE) n.º 649/2012 sobre importação e exportação de determinados produtos químicos perigosos (Regulamento PIC).
- Comité Regulatório da Diretiva 2001/18/CE, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM).

- Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA – European Chemicals Agency) nos seus diversos grupos de trabalho: Conselho de Administração da ECHA; Comité dos Estados Membros (MSC); Comité de Avaliação de Risco (RAC); Experts' group on PBT (REACH); Risk Management Expert meeting.
- Reuniões de Diretores Gerais de Ambiente (EPRG), Clima (CPRG) e Água (WD) da UE.

Acompanhamento Internacional de diversas áreas de competência da APA, designadamente:

- Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), com acompanhamento e participação ativa nas negociações internacionais. Em 2015, verificou-se uma intensa atividade negocial no contexto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, incluindo 3 sessões negociais adicionais, que culminaram na aprovação, em Paris, na COP21, do Acordo de Paris.
- Acompanhamento da Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Convenção de Aarhus).
- Acompanhamento da Convenção da CEE/ONU sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância (CLRTAP).
- Acompanhamento do Sub Comité de especialistas da CEE/ONU sobre o “Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals” - GHS.

No que respeita à **participação em fora internacionais e comunitários** de índole diversa há ainda a destacar:

- O acompanhamento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira - 1998): reuniões técnicas de diversa índole e realização da 3ª Conferência das Partes.
- Agência Europeia do Ambiente (AEA), Management Board e Bureau.
- European Environment Information and Observation Network (EIONET) - Water quality in rivers, lakes, groundwater, AEA.
- Participação ativa, com contributos relevantes, nas reuniões, atividades e projetos do National Reference Centre for Forward Looking Information and Scenarios (NRC FLIS) da EIONET /EEA (inclui participação nos projetos da EEA de Horizon Scanning, Global Megatrends Tool e BLOSSOM — Bridging long-term scenario and strategy analysis).
- Participação ativa, com contributos relevantes, nas reuniões de trabalho de diferentes projetos do Joint Research Centre (JRC) da COM (Exemplos: projeto “Potential of eco-innovation for jobs, economic growth and sustainable development in the EU eco-industries”; “future technologies”).
- Acompanhamento do 10 Year Framework Programme (10YFP) for Sustainable Consumption and Production do United Nations Environment Programme.
- Acompanhamento dos trabalhos do E3I Working Group, um grupo de trabalho de National Focal Points da APA.

No âmbito da **cooperação internacional** importa salientar:

- Conclusão do processo negocial com o Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha (CSN) e assinatura do “Protocolo bilateral no âmbito das emergências radiológicas e monitorização ambiental”. São partes deste Protocolo o CSN, por Espanha e a APA, o Instituto Superior Técnico (IST) e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), por Portugal.
- Ao abrigo da iniciativa Fast Start, o acompanhamento dos projetos financiados pelo FPC ainda em implementação, que se desenvolvem em Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste.
- Protocolo de colaboração com Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - implementação no âmbito do Programa de Cooperação Clima pós-2012.
- Apoio no âmbito do Programa NER300 promovido pela COM para promoção de tecnologias.
- Acompanhamento das atividades e resultados do projeto Parliaments and Civil Society in Technology Assessment (PACITA), financiado pela UE e que tem como objetivo dotar os parlamentos nacionais e a sociedade civil de competências de Avaliação de Tecnologias.

## CONSOLIDAÇÃO DO QUADRO LEGAL DE SUPORTE À POLÍTICA AMBIENTAL

Tal como resulta das suas atribuições e competências, a APA apoia e impulsiona propostas legislativas e regulamentares na área da Política Ambiental. Aqui enquadram-se não só os regimes jurídicos, Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), como também a transposição de Diretivas Europeias, Protocolos e Convenções.

No âmbito da **Gestão de Resíduos** foram elaborados os seguintes diplomas:

- Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos.
- Projeto de Portaria que fixa os elementos mínimos que devem constar da avaliação preliminar de contaminação do solo, dos Planos de Amostragem e de Monitorização, dos Relatórios da Avaliação Exploratória e da Avaliação Detalhada da Qualidade do Solo, do Projeto e do Relatório da Remediação do Solo, e fixa os critérios para o cálculo do montante das taxas a aplicar.
- Projeto de revisão do Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de abril, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus usados, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 43/2004, de 2 de março, 73/2011, de 17 de junho.
- Projeto de Decreto-Lei enviado à tutela para adesão de Portugal à Convenção de Minamata sobre o Mercúrio.
- Revisão do Regime Geral de Resíduos (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro), com o objetivo de obter uma melhoria da qualidade na gestão de resíduos e fomento da competitividade para operadores económicos.

- No domínio do **Ar e Clima e dos Químicos** foram elaborados os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 33/2015, de 4 de março, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 649/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à exportação e importação de produtos químicos perigosos (Regulamento Prévia Informação e Consentimento (PIC)).
- Decreto-lei n.º 55/2015, de 17 de abril, que aprova o regime de utilização confinada de Microrganismos Geneticamente Modificados (MGM) e Organismos Geneticamente Modificados (OGM).
- Decreto-lei 43/2015, de 27 de Março, 1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar.
- Projeto de Resolução de Conselho de Ministros da Estratégia Nacional para o Ar 2020.
- Projeto de Resolução de Conselho de Ministros do Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC) que contempla o PNAC 2020-2030 e a ENAAC 2020.

No âmbito da **Gestão e Avaliação Ambiental** foram elaborados:

- Proposta de Portaria relativa aos critérios de referência a aplicar na determinação das distâncias de segurança que separam os elementos sensíveis do território dos estabelecimentos abrangidos pelo diploma que irá transpor a Diretiva 2012/18/EU (Prevenção de Acidentes Graves -Seveso III).
- Proposta de Portaria relativa às taxas a cobrar no âmbito do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro.
- Proposta de Portaria relativa às taxas a aplicar no âmbito do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.
- Proposta de Portaria relativa à qualificação de verificadores no âmbito da pós-avaliação de projetos sujeitos ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).
- Proposta do Regulamento de Funcionamento das Comissões de AIA (CAIA) e a Operacionalização do Conselho Consultivo de AIA (CCAIA).
- No domínio dos **Recursos Hídricos e Litoral** foram elaborados:
- Projetos RCM que aprova a suspensão parcial dos POOC Alcobaça-Mafra e Cidadela - S. Julião da Barra e do POOC Sintra-Sado até ao Cabo Espiche e a alteração do POOC Cidadela-Forte de S. Julião da Barra (POOC CFSJB) – Área Marinha Protegida das Avenças (AMPA).
- Portaria n.º 123/2015, de 5 de maio, que identifica as águas balneares para 2015.
- Projeto de Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.

No âmbito do **Licenciamento Ambiental** foram elaborados:

- Portaria n.º 332-B/2015, de 5 de outubro, que estabelece o valor da Taxa Ambiental Única (TAU), a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de LUA.
- Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime do LUA, para a atividade pecuária.
- Portaria n.º 399/2015, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime do LUA, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais.

## INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS FACE A RISCOS AMBIENTAIS

Em 2015, a APA apostou na intensificação das ações de proteção de pessoas e bens, dando continuidade às **intervenções do Plano de Ação do Litoral (PAPVL)**. Foram realizadas as seguintes ações:

- Conclusão da elaboração do Modelo de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Caminha-Espinho.
- Conclusão da elaboração do Modelo de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Alcobaça-Espichel.
- Conclusão da elaboração do Modelo de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Espichel-Odeceixe.
- Conclusão da elaboração da Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira do Troço Odeceixe-Vilamoura.
- Apoio técnico ao acompanhamento da elaboração dos modelos de ordenamento do litoral das regiões hidrográficas do Norte, Tejo e Oeste, Alentejo e Algarve.
- Conclusão da Revisão do POOC Ovar-Marinha Grande.
- Conclusão da alteração do POOC Cidadela-S. Julião da Barra.
- Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo.
- Controlo de Vigilância e Operacionalidade das Obras de Adução de Água que integram o Aproveitamento Hidráulico do Mondego.
- Estabilização das Arribas de S. Bernardino, no concelho de Peniche (Empreitada, Fiscalização, Assistência Técnica).
- Alimentação e Reabilitação da estrutura aderente na praia de S. João da Caparica, Almada.
- Empreitada de Reabilitação do Esporão 4 da Costa da Caparica.
- Estabilização das Arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo e das Praias de S. Pedro de Moel, S. Bernardino e Areia Branca.
- Estabilização das arribas na Praia da Consolação.
- Abertura e Aprofundamento dos Canais da Zona Inferior da Lagoa de Óbidos, com as seguintes atividades:
- Acompanhamento das Situações de Risco em Todos os Concelhos na Orla Costeira: Ovar - Marinha Grande.
- Empreitada de Proteção e Estabilização Dunar da Praia de Cortegaça.
- Empreitada de Reforço de Dunas e Proteção marginal na Praia do Pedrogão a Sul do Promontório e Reabilitação de Acessos.
- Empreitada de Proteção Dunar e Minimização de Riscos nos Acessos às Praias do Litoral Centro.
- Empreitada de Proteção Marginal na Frente Marítima da Praia da Tamargueira e Costa de Lavos.
- Reabilitação da proteção aderente a norte e a sul do esporão nº 1 e reabilitação dos esporões nº 1 e 2, a sul do quebra-mar de Castelo de Neiva (empreitada e fiscalização).
- Intervenções integradas de proteção e conservação da zona costeira entre Esposende e Espinho.
- Requalificação da marginal entre Lavadores e Salgueiros (Empreitada).
- Requalificação da marginal entre Lavadores e Salgueiros (Fiscalização e Acompanhamento).
- Recuperação e consolidação do sistema dunar desde a Ribeira de Silvalde até à Lagoa de Paramos (Empreitada, Fiscalização e Acompanhamento).
- Requalificação da Ribeira de Valverde – Valadares – 2ª Fase.
- Obra de proteção e valorização da margem direita do rio Lima, Lanheses – Viana do Castelo.
- Avaliação e acompanhamento de situações de risco - todos os concelhos.
- Estabilização e consolidação do talude na margem esquerda do rio Douro, freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia.
- Estabilização da arriba norte (núcleo urbano) - Azenhas do Mar.
- Estabilização da arriba sul - Azenhas do Mar.
- Plano de intervenção - Arribas da Praia da Adraga.
- Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra (Azenhas do Mar e Praia da Adraga).
- Reabilitação da Célula de Lamas não Estabilizadas da ETAR de Alcanena (Empreitada e Fiscalização).
- Conclusão da Alimentação Artificial da Praia D. Ana, Lagos.



- Recuperação dunar e valorização de acesso à praia da Manta Rota, Vila Real de St.º António.
- Requalificação da Ponta da Piedade.
- Controlo de Riscos de Cheias e Valorização das Margens da Ribeira da Torre.
- Alvor-Passadiços de acesso e Mobilidade na praia de Alvôr, Portimão.
- Estudos e Ações de valorização do litoral do Algarve-AVATAR.

Em 2015 consolidou-se a reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), os sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas e radioatividade, etc.) e o mapeamento e gestão de riscos de cheias e secas.

No respeitante à **rede hidrometeorológica**, em 2015 cerca de 87% do total das estações hidrometeorológicas existentes sofreram melhoramentos.

Ainda neste âmbito importa referir as seguintes ações:

- Avaliação do Estado Ecológico das Massas de Água Costeiras e de Transição Adjacentes.
- Candidatura POSEUR “Melhoria da Avaliação do Estado das Massas de Água”, com os seguintes estudos em execução:
  - Desenvolvimento de métodos específicos para a avaliação da recarga das massas de água subterrâneas, para melhorar a avaliação do estado quantitativo.
  - Metodologia para avaliação da evolução da qualidade das massas de água subterrâneas nas zonas vulneráveis aos nitratos de origem agrícola no âmbito da Diretiva Nitratos e da DQA (Zonas Protegidas).
  - Avaliação de análise de tendência para o aumento da concentração de poluentes nas massas de água subterrâneas e do inverso da tendência para os poluentes responsáveis pelo estado medíocre das massas de água.
  - E foram definidos os seguintes estudos:
    - Melhorar e complementar os critérios de classificação do estado das massas de água superficiais interiores.
    - Melhorar e complementar os critérios de classificação do estado das massas de água de transição e costeira.

Foi lançado um concurso internacional para aquisição de serviços para a **monitorização do estado das massas de água, rios e albufeiras**.

No que respeita à **Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente (RADNET)**, foi dada continuidade à melhoria da rede existente, como também se procedeu à aquisição de novas estações para deteção espectroscópica de radiação gama, que irão dotar a RADNET com a capacidade de identificação dos radionuclídeos, o que permitirá a expansão desta rede de 14 para 20 localizações fixas, melhorando significativamente a capacidade nacional de resposta a emergências radiológicas. Ainda no âmbito da monitorização ambiental, importa salientar as iniciativas relacionadas com a melhoria do **sistema de previsão da qualidade do ar** e da avaliação nas zonas e aglomerações através da modelação e do respetivo reporte ao público.

De referir ainda atividades referentes à Segurança das Infraestruturas Hidráulicas por forma a prevenir riscos para populações e bens, fazendo cumprir a sua ação enquanto Autoridade de Segurança de Barragens. Esta atividade consiste em largas dezenas de vistorias a barragens, represas e açudes um pouco por todo o país. Este projeto é ainda uma parceria com o LNEC.

## CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E REPORTE

### Planeamento e Recursos Hídricos e Litoral

- Foram elaborados os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH): as versões provisórias dos PGRH das 8 regiões hidrográficas e disponibilizadas para consulta pública, tendo sido realizadas 15 sessões públicas ao longo de 6 meses. Foi também efetuado a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos 8 PGRH.
- Foram elaborados os 7 PGRI e disponibilizadas para consulta pública, que incluiu várias sessões públicas por todo o país.
- Coordenação da elaboração da Proposta do PNA.
- Coordenação da elaboração, revisão ou alteração de Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT): POOC, Planos de Ordenamento de Estuários (POE) e Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP).
- Conclusão do processo de elaboração do PENSAAR2020, incluindo a sua AAE.
- Foi efetuada a Inventariação e Demarcação do Domínio Público Marítimo e Instrução de Processos de delimitação de DPM.

## Planeamento Ar e Clima

- QEPiC: conclusão da preparação e discussão do Quadro Estratégico da Política Climática 2030, aprovado pela RCM n°56/2015.
- PNAC2020-30: concretiza as orientações nacionais em matéria de políticas de mitigação e engloba todos os setores da economia nacional em termos de reduções custo-eficazes das emissões até 2020 e 2030.
- Aprovação da ENAAC 2020:, que recentra os seus objetivos na melhoria do conhecimento, na integração da adaptação nas políticas sectoriais e na implementação de medidas concretas de adaptação.
- ENAR2020: Elaboração do projeto da Estratégia Nacional para o Ar para 2020, que inclui medidas para diminuir poluição atmosférica com vista a melhorar a qualidade do ar nas cidades e vilas em Portugal. O projeto foi ainda objeto de consulta publica em 2015.

## Planeamento de Resíduos

- Acompanhamento da implementação das medidas, ações e atividades previstas nos planos nacionais de gestão de resíduos aprovados e a sua avaliação, e respetiva monitorização, designadamente PNGR, PERSU 2020, Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares (PERH) e Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI).

## Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)

- Contribuição para o CCV e Coligação para o Crescimento Verde: contributos para a implementação do compromisso, contributos para o acompanhamento e monitorização, participação nas atividades dos GT.

## Monitorização, Avaliação e Reporte ambiental

- Elaboração do Relatório do Programa de Monitorização de Lixo Marinho.
  - Elaboração de 4 Relatórios de Movimentos Transfronteiriços (MTR).
  - Elaboração do Relatório de Implementação da Diretiva VFV.
  - Elaboração do Relatório de produção e gestão de óleos alimentares usados.
  - Elaboração do Relatório Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos: Principais Resultados de Gestão 2013.
  - Inventário Nacional de Policlorobifenilos (PCB) - anos de 2011 a 2013 e ano 2014.
  - Elaboração do relatório de acompanhamento do PERSU 2020.
  - Elaboração do Relatório da Autoridade de Segurança de Barragens.
  - Elaboração de Relatório Pneus Usados: Principais Resultados de Gestão 2013.
  - Elaboração de Relatório Resíduos de pilhas e acumuladores: Principais Resultados de Gestão 2013.
  - Elaboração do relatório anual de avaliação da qualidade do ar e submissão à Comissão Europeia.
  - Elaboração de Relatório relativo a políticas e medidas e projeções de gases com efeito de estufa.
  - Elaboração do Relatório relativo do apoio ao desenvolvimento no âmbito das alterações climáticas e Relatório relativo a atuação em matéria de adaptação às alterações climáticas.
  - Elaboração de Relatório relativo a estratégias de baixo carbono e Relatório Bianual à UNFCCC.
  - Elaboração de Relatório anual sobre a implementação do CELE em Portugal.
  - Elaboração e envio à Comissão Europeia e UNFCCC do Inventário nacional de emissões de Gases com Efeito de Estufa e de poluentes atmosféricos com preparação das submissões em formato (NFR), Common Reporting Format (CRF), National Inventory Report (NIR) e Informative Inventory Report (IIR).
- Relativamente à monitorização e reporte de informação sobre o clima, salientam-se as seguintes atividades e ações:
    - Comunicação de Políticas e Medidas.
    - Comunicação de Projeções.
    - Comunicação de Medidas Nacionais de Adaptação.
    - Comunicação de Apoio Financeiro e Tecnológico concedido aos países em desenvolvimento.
    - Comunicação da utilização das receitas das vendas em leilão e dos créditos por projetos.
    - Elaboração de Relatório de Acompanhamento de Resíduos Urbanos (RARU) 2014 .
    - Elaboração do Relatório Anual da RADNET.
    - Elaboração e publicação do Relatório do Estado do Ambiente 2015 (REA).
    - Apoio à elaboração do Relatório Europeu do Estado do Ambiente (SOER).

- Monitorização e caracterização da situação nacional relativa à eliminação e descontaminação de equipamentos contendo PCB e de PCB usados, contemplando a inventariação destes equipamentos e o acompanhamento durante a sua vida útil até à descontaminação ou eliminação, visando o cumprimento das disposições legais nacionais e comunitárias.
- Monitorização e acompanhamento do fluxo dos Óleos Alimentares Usados (OAU).
- Monitorização e acompanhamento do fluxo de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).
- A avaliação da substância bifenilo no âmbito do Plano Evolutivo Comunitário (Corap).
- A avaliação de substâncias ativas biocidas na vertente ambiente.
- Elaboração da Estatística da participação pública em AIA da responsabilidade da APA.
- Base de Dados interativa para registo das ONGA e Equiparadas (RNOE).
- Gestão e manutenção do sistema nacional de informação sobre a AIA.

### DESENVOLVIMENTO DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA DA GESTÃO DOS FINANCIAMENTOS AMBIENTAIS E DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS DE AMBIENTE

Durante o ano de 2015, a APA maximizou o investimento dos fundos estruturais e ambientais às áreas prioritárias da Política do Ambiente, designadamente o Quadro Financeiro Plurianual - Portugal 2020, área do ambiente com grande preponderância, tendo sido criadas condições de alavancagem para os projetos prioritários no âmbito da Política Ambiental.

Neste âmbito foram executadas as seguintes atividades:

- Intervenção da APA no ciclo de programação financeira 2014-2020, através do apoio aos instrumentos de execução do Portugal 2020 e de Ações de divulgação do Portugal 2020 nas áreas de competência da APA.
- Assegurar as competências de Organismo Intermédio no âmbito do Contrato POVT / PO SEUR - APA, na componente relativa aos passivos ambientais e aos resíduos urbanos, contemplando a análise técnica de processos de candidatura a fundos comunitários, verificação no local dos projetos apoiados e acompanhamento das auditorias promovidas pelo POVT / POSEUR.
- Intervenção ao nível dos passivos ambientais, com a definição de critérios para identificação e hierarquização de novos passivos, de suporte ao acesso a financiamento comunitário no âmbito de novo quadro comunitário 2014-2020 e criação de uma base de dados georreferenciada dos passivos ambientais.
- Gestão técnica dos fundos ambientais, designadamente o FPC, o FPRH e o FIA.
- Implementação da Lei da Fiscalidade verde no que concerne às obrigações da APA:
  - Implementação das alterações à TGR.
  - Implementação do regime de incentivo a VFV na aquisição de veículos elétricos.
  - Acompanhamento da implementação da taxa sobre sacos de plástico leves.
- Identificação de tecnologias que contribuem para a redução de gases com efeito de estufa e elaboração de linhas de orientação para o apoio de candidaturas ao FCP (guias de tecnologias/ técnicas de baixo carbono e definição de linhas de orientação para apoio de candidaturas).
- Programa AdaPT: Implementação do Programa de apoio financeiro à atuação em matéria de “Adaptação às alterações climáticas” em Portugal financiado pelos EEA Grants e co-financiado pelo FPC.

## INTEGRAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS REGIMES DE LICENCIAMENTO NA ÁREA DO AMBIENTE, CONTRAORDENACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRO

### Licenciamento Único de Ambiente (LUA)

A implementação do novo Regime do LUA foi uma das principais prioridades da APA para 2015. O LUA implica uma verdadeira mudança de paradigma nas atividades de licenciamento na área do ambiente, sendo um enorme desafio em termos de eficiência e eficácia, apostando nas melhores práticas em termos de gestão pública, e em particular de tecnologias e sistemas de informação.

Nesse sentido, em 2015 procedeu-se à implementação de novas funcionalidades / módulos no SILiAmb para a implementação do LUA, focado em particular na sua interoperabilidade com os regimes de licenciamento das atividades económicas, nomeadamente com o SIR, com o REAP e o RLIE. As ações realizadas neste âmbito foram:

- Desenvolvimento de um simulador que orienta as entidades singulares e coletivas na identificação dos regimes jurídicos de ambiente aplicáveis.
- Desenvolvimento de um formulário único gerado automaticamente na sequência da simulação e que abrange todos os regimes de licenciamento e controlo prévios em matéria de ambiente.
- Interoperabilidade entre o simulador e o formulário para proceder à ligação destas funcionalidades ao módulo de pagamentos. Apenas com esta ligação é possível obter, como previsto, no final da simulação o valor da taxa aplicável e com a submissão do formulário a emissão automática do DUC.
- Desenvolvimento de ligação entre o SILiAmb e o LUA no que respeita ao módulo de pagamentos e ao módulo de licenciamento de recursos hídricos.
- Criação de um modelo de gestão e controlo de acessos e clientes, através da integração com o Diretório de nomes da APA, integrando a funcionalidade de autenticação com o Cartão do Cidadão.
- Implementação de serviços que permitam a interoperabilidade entre as plataformas SILiAmb e REAI/SIR.
- Realização de ações de formação para a utilização da plataforma.

### Guias de harmonização de procedimentos: Recursos Hídricos

- Emissão e Gestão de Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH).
- Guia Técnica do Departamento de Recursos Hídricos (DRH).

### Resíduos

- Nota Técnica relativa a desclassificação de Resíduos.
- Nota Técnica sobre gestão de tinteiros e toners.
- Nota Técnica sobre Transporte Nacional de Resíduos.
- Nota Técnica sobre Gestão de resíduos de fluidos abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 517/2014 e de equipamentos contendo estes fluidos.
- Nota Técnica no âmbito da marcação dos sacos de plástico.
- Nota Técnica VFV.
- Nota Técnica POSEUR - Informação e elementos a constar da Avaliação Quantitativa de Risco para candidatura aos avisos de abertura relativos a passivos ambientais.
- Formulário Técnico para submissão da Avaliação Preliminar no âmbito do PROSolos.
- Formulário Técnico para reporte de dano ambiental ou de ameaça iminente de dano ambiental.
- Revisão dos documentos de Perguntas Frequentes: Óleos Alimentares Usados; Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos; Restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (RoH's).

## Ar, Clima e Licenciamento

- Manual de utilizador da plataforma de Intervenção Técnica de gases fluorados.
- Nota sobre o conversor de gases fluorados desenvolvido pela APA (atualização de acordo com o Regulamento UE 517/2014).
- Manual de preenchimento das folhas de compra e venda de gases fluorados.
- Respostas a perguntas frequentes (FAQ) compra e venda de gases fluorados.
- Documento Perguntas frequentes PRTR (disponibilizado no site APA).
- Documento Erros frequentes na validação do formulário PRTR (disponibilizado no site APA).
- Manual de apoio ao formulário PRTR.
- Manual de apoio PRTR - Emissões ar.
- Manual de apoio PRTR - fatores de combustão.
- Nota explicativa PRTR - ETAR urbanas.
- Nota de esclarecimento PRTR n.º 1/2015 - articulação CELE-PRTR: Indústria Química.
- Nota de esclarecimento PRTR n.º 2/2015 - Situação de não laboração.
- Nota de esclarecimento PRTR n.º 3/2015 - Fase de desativação D51.
- Procedimento para Submissão do Relatório de Melhoria pelos operadores de instalações fixas - CELE.
- Procedimento para Submissão do Relatório de Melhoria pelos operadores de aeronave (versões PT e EN).
- Clarificações sobre as alterações no regime CELE Aviação face à entrada em vigor do Regulamento n.º 421/2014, de 16 de abril (versões PT e EN).
- Procedimento para submissão dos Relatórios de Emissões Anuais (REA), relativos aos anos 2013 e 2014 e respetiva devolução de licenças de emissão (LE) (versões PT e EN).
- Formulário de Notificação para Utilização Confinada de MGM e/ou OGM de Classe I (1.ª utilização).
- Formulário de Notificação para Utilização Confinada de MGM e/ou OGM de Classe 2.
- Formulário de comunicação de acidente envolvendo MGM/OGM - Utilização Confinada de MGM/OGM.
- Formulário de reporte anual da atividade - Utilização Confinada de MGM/OGM - Metodologia de avaliação da qualidade do ar interior em edifícios de comércio e serviços no âmbito da Portaria n.º 353-A/2013, de 4 de dezembro.
- Nota interpretativa Biocombustíveis.
- Procedimento simplificado para estimar o consumo de combustível (Small Emitters Tool).

## Avaliação de Impactos Ambientais (AIA)

- Nota Técnica QAI\_1.0, fevereiro 2015.
- Procedimento para o cálculo da duração mínima “in situ” da verificação SGSPAG.
- Modelo do relatório da atividade do verificador SGSPAG.
- Procedimento para a atividade e validação da qualificação do verificador SGSPAG (3): formulário de candidatura.
- Procedimento e minuta de requerimento para candidatura a verificador de pós-avaliação.

## 1.2. ANÁLISE DOS OBJETIVOS QUAR 2015

O processo de fusão da APA iniciado em 2012 decorreu num contexto com vários constrangimentos orçamentais e incertezas regulamentares. Ao longo deste processo, a APA priorizou a reorganização interna e a consolidação da cultura organizacional da nova organização.

No final de 2014, este processo de consolidação e reorganização já permitiu a elaboração do primeiro Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da APA, I.P. face à ausência de histórico consolidado nesta matéria, o resultado de alguns indicadores foi superior ao esperado, pelo que a taxa de realização ultrapassou os 125% de execução. Sem embargo, visto que em 2015 a APA já se encontrou em “velocidade de cruzeiro” após a fusão de 2012, o índice de execução de projetos foi já alto e consentâneo com os objetivos da organização.

### I.1.1 OBJETIVOS DE EFICÁCIA

O parâmetro de eficácia representa 35% e é constituído por 5 dos 11 objetivos operacionais do QUAR da APA.

#### O1: Consolidar e Desenvolver os principais Instrumentos de Planeamento e Reporte Ambiental

Uma das prioridades de ação da APA para 2015 foi dar continuidade à consolidação dos principais instrumentos de planeamento em políticas públicas na área do ambiente, os quais por sua vez assentaram na própria consolidação das ações de monitorização, avaliação e os respetivos instrumentos de reporte. Esta prioridade encontra-se espelhada no QUAR de 2015 no objetivo operacional n.º 1.

Este objetivo é de eficácia e tem uma ponderação de 25% nesse parâmetro sendo composto por dois indicadores de medida. O primeiro referente ao número de planos elaborados e o segundo referente ao número de reportes realizados.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
1 N.º de Planos elaborados	N.A.	N.A.	16	1	18	50%	24	200%	Superou	100%
2 N.º de Relatórios elaborados	N.A.	N.A.	25	1	27	50%	32	188%	Superou	88%

TABELA 1. - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 1 (Fonte: DFIN)

Relativamente ao indicador n.º 1, estavam previstos 16 planos tendo sido elaborados 24, superando a meta inicialmente prevista em **100%**.

Relativamente ao indicador n.º 2, foram elaborados 32 relatórios, superando a meta definida em **88%**.

Deste modo, os 2 indicadores que compõem este objetivo encontram-se acima dos limites superiores do intervalo de cumprimento, pelo que **o objetivo se considera superado com uma taxa de execução de 194%**.

As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC) e E-mails de submissão dos documentos apresentados.

Os planos executados, bem como as ações de reporte e monitorização efetuadas encontram-se referenciadas no ponto I.1."Análise dos Projetos Estratégicos e Atividades" na prioridade estratégica de ação "Consolidação dos Principais Instrumentos de Planeamento e Reporte".

#### O2: Consolidar o Quadro legal de Suporte à Política Ambiental

Este objetivo de eficácia tem uma ponderação de 15% nesse parâmetro, sendo composto apenas por um indicador de medida referente ao n.º de projetos de diplomas legais elaborados/revistos ou transpostos.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
3 N.º de Projetos de diplomas Legais elaborados/revistos, transpostos	N.A.	N.A.	19	1	21	100%	23	150%	Superou	50%

TABELA 2 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 2 (Fonte: DFIN)



Em 2015 foram elaborados 23 projetos de diplomas legais, superando a meta definida em **50%.** **O objetivo foi superado com uma taxa de execução de 150%.**

As Fontes de Verificação deste indicador foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC) e E-mails de submissão das propostas de diplomas apresentados.

Os diplomas legais elaborados encontram-se referenciados no ponto 1.1."Análise dos Projetos Estratégicos e Atividades" na prioridade estratégica de ação "Consolidação do Quadro Legal de Suporte à Política Ambiental".

### **O3: Implementar o PAPVL-Plano de ação de Proteção e Valorização do Litoral e Disponibilizar a Demarcação do Domínio Público Marítimo (DPM)**

Em 2015 apostou-se na intensificação das ações de proteção de pessoas e bens, dando continuidade às intervenções do PAPVL. O objetivo operacional n.º 3., é um objetivo que se insere no parâmetro de Eficácia e tem uma ponderação de 30%, classificando-se como objetivo relevante. É composto por dois indicadores de medida, sendo que o ind.4 diz respeito aos procedimentos do PAPVL que foram lançados em 2015 e o 5 refere-se a extensão de território demarcado do domínio público marítimo.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
4 N.º de Procedimentos lançados do PAPVL em 2015/ total de procedimentos previstos para 2015	45%	50%	70%	5%	88%	50%	85%	121%	Superou	21%
5 Extensão do território demarcado (Km)/total da extensão de linha de costa e estuários do território nacional (Km)- %	N.A.	61%	90%	5%	113%	50%	95%	100%	Atingiu	0%

TABELA 3 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 3 (Fonte: DFIN)

Em 2015 estipulou-se lançar 70% dos procedimentos PAPVL previstos no Plano de Aquisições e dos que eventualmente surgissem extra Plano. Em relação ao inicialmente definido verificou-se uma superação em 21 %, uma vez que o resultado alcançado foi de 85% de procedimentos lançados.

Quanto ao indicador n.º 5, foi demarcado 95% do total da extensão de linha de costa e estuários do território nacional. Tendo sido a meta definida para 2015 de 90 %, o indicador foi cumprido. Deste modo, **o objetivo foi superado com uma taxa de execução de 110%.** As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), E-mails de submissão dos procedimentos de contratação, Base de dados de controlo interno dos processos de contratação e anoGov (Plataforma Eletrónica de Contratação Pública).

### **O4: Reformular e Reabilitar as Redes de Monitorização**

O bom funcionamento das redes de monitorização ambiental permite prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e antrópicos, mitigando e minimizando o risco para populações, para o ambiente, e para o património e infraestruturas. Por esse motivo a reabilitação e reapetrechamento das redes de monitorização é essencial e surge como prioridade de ação, constando como objetivo operacional no QUAR de 2015 da APA, tendo uma ponderação de 20% no parâmetro de eficácia. É composto por dois indicadores, o indicador 6 que se refere à manutenção e reabilitação das estações hidro-meteorológicas e o indicador 7 que se refere à aquisição de novas estações para deteção espectroscópica de radiação gama, que irão dotar a RADNET.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
6 N.º de Estações novas /N.º total de Estações previstas	N.A.	30%.	80%	5%	100%	50%	87%	109%	Superou	9%
7 N.º de Estações Adquiridas para a RADNET	N.A.	N.A.	2	1	4	50%	6	150%	Superou	50%

TABELA 4 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 4 (Fonte: DFIN)

Foram reabilitadas/ reapetrechadas cerca de 87% do total das estações hidrometeorológicas previstas, representando uma superação em 9% da meta definida para o indicador 6.

Em relação ao indicador 7 foram adquiridas 6 novas estações (3 estações fixas e 3 estações móveis), superando, deste modo, a meta definida em 50%. Assim, este objetivo foi superado com uma taxa de execução de 129%. As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), E-mails de submissão dos procedimentos de contratação, Base de dados de controlo interno dos processos de contratação, SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos) e RADNET.

#### O5: Implementar a Nova Estratégia de Comunicação da APA

Uma das prioridades de ação da APA foi a implementação de uma nova estratégia de comunicação com a reformulação do portal da Agência e com a reestruturação do atendimento orientando-os para as principais necessidades dos clientes e dos parceiros. O objetivo operacional n.º 5 do QUAR incorpora essa necessidade. É um objetivo de eficácia e tem uma ponderação de 10%, sendo composto por dois indicadores.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
8 Reformular o Portal da APA (V.2.0)	N.A.	N.A.	30/nov	15 dias	13/nov	50%	30 Nov.	100%	Atingiu	0%
9 Diminuição do tempo médio de resposta a pedidos da Comunicação Social, face ao período de referência (96h)	N.A.	N.A.	15%	5%	19%	50%	13%	100%	Atingiu	0%

TABELA 5 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 5 (Fonte: DFIN)

O indicador 8 diz respeito ao prazo para a reformulação do Portal da APA, tendo sido definido como meta o prazo de 30 de novembro de 2015. O resultado foi o cumprimento dessa data, o que representa a execução do indicador a 100%.

O indicador 9 refere-se à redução do tempo médio de resposta a pedidos da Comunicação Social. Foi definido como meta uma redução em 15%, tendo sido o resultado de 13%, pelo que o indicador foi cumprido com uma taxa de execução de 100%.

**Deste modo o objetivo foi cumprido com uma taxa de execução de 100%.**

As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), E-mails que documentam a implementação das funcionalidades, Portal da APA e tabela de controlo interno de resposta a pedidos.

### I.1.2 OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

O parâmetro de eficiência representa 30% e é constituído por 3 dos 11 objetivos operacionais que constituem o QUAR da Agência.

#### O6: Aumentar o n.º de Funcionalidades nos Sistemas de Informação

A APA em 2015 deu primazia à interoperabilidade e à consolidação dos sistemas de informação existentes, nomeadamente na continuidade do desenvolvimento do SILiAmb e do SNIAmb com implementação de novas funcionalidades/módulos. O objetivo operacional n.º 6 tem inerente essa prioridade de ação, com uma ponderação de 40%, classificando-se como objetivo relevante, sendo composto por dois indicadores.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
<b>10</b> N.º de funcionalidades implementadas no SILiAmb	5	6	6	1	8	50%	9	138%	Superou	38%
<b>11</b> Disponibilização de Informação geográfica utilizando os serviços Web	N.A.	20	20	1	22	50%	20	100%	Atingiu	0%

TABELA 6 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 6 (Fonte: DFIN)

O indicador 10 está associado ao SILiAmb e às novas funcionalidades desenvolvidas no sistema. Em 2015 foram implementadas 9 funcionalidades, superando a meta definida em 38%. Dessas funcionalidades podemos destacar: o desenvolvimento do módulo de Emissões Atmosféricas; dos módulos MRRU e MTR; dos módulos PRTR e Componentes MIRR + SIRER; desenvolvimento de Webservices para interoperabilidade com a aplicação de gestão de pagamentos da APA e a modelação do licenciamento de empresas de pesquisa de água subterrânea.

O indicador 11 refere-se ao número de dados geográficos disponibilizados com a utilização dos serviços Web. Foram disponibilizados cerca de 20 novos dados, que representou o cumprimento em **100%** da meta estabelecida. **A taxa de execução do objetivo foi de 119%**, tendo sido dessa forma superado.

As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), E-mails que documentam a implementação das funcionalidades, SILiAmb e SNIamb.

#### O7: Aumentar o n.º de medidas para otimizar e racionalizar o modelo financeiro e patrimonial

A aposta na otimização de recursos e racionalização de custos é a chave para uma boa gestão interna de uma organização. Deste modo em 2015, uma das prioridades de ação foi a promoção da otimização de recursos e da racionalização de custos, evidenciada através de mecanismos de controlo de gestão mais eficazes e no aumento de medidas de racionalização de contratos, património e redução das despesas correntes.

O objetivo operacional n.º 7, espelha essa prioridade e tem uma ponderação de 30%, sendo composto por dois indicadores. O indicador 12 refere-se à redução da despesa associada a aquisições de bens e serviços. Em 2015 houve uma redução de 7%, o que representa uma superação, em relação à meta definida, de 14%. As medidas implementadas que contribuíram para essa redução foram: a unificação dos contratos de manutenção e exploração; a racionalização de aquisições de bens e serviços através das compras pela UMC e a implementação de medidas para uma eficaz cobrança de receitas próprias, nomeadamente através do desenvolvimento da “Plataforma de Gestão de Transações e Emissão de DUC” e da Plataforma de Faturação.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
12 Taxa anual de redução de aquisições de bens e serviços	1,5%	3%	3%	1%	10%	50%	7%	114%	Superou	14%
13 N.º de contratos de concessão para gestão das infraestruturas hidráulicas	N.A.	N.A.	3	1	5	50%	3	100%	Atingiu	0%

TABELA 7 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 7 (Fonte: DFIN)

O indicador 13 está associado à transferência de gestão de infraestruturas hidráulicas para utilizadores de aproveitamentos hídricos (fins múltiplos ou preponderantes) ao abrigo da Lei da Água. Refere-se ao número de minutos de contratos de concessão elaborados e aprovados para a gestão das infraestruturas hidráulicas. Em 2015, foram elaborados 3 contratos, pelo que o indicador foi cumprido, uma vez que o resultado foi igual à meta definida.

Assim, o objetivo foi superado uma vez que apresentou uma taxa de execução de 107 %.

As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), Conta de Gerência e GERFIP.

#### **O8: Incrementar o âmbito de abrangência da acreditação e captar novos clientes/parceiros**

Inovar, oferecendo novos produtos para atrair novos clientes e parceiros procurando corresponder às expectativas e melhorando a qualidade dos serviços prestados é uma das principais prioridades da APA.

O objetivo operacional n.º 8 reflete essa preocupação, sendo um objetivo de eficiência com uma ponderação de 30%, classificando-se como um objetivo relevante. Incorpora apenas um indicador de medida que se refere ao número de novos parâmetros acreditados na rede laboratorial.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
14 N.º de novos parâmetros acreditados na rede laboratorial	N.A.	N.A.	15	2	19	100%	26	169%	Superou	69%

TABELA 8 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 8 (Fonte: DFIN)

Em 2015, foram acreditados 26 novos parâmetros, o que representou em relação à meta estabelecida uma superação em 69%, sendo a taxa de execução do objetivo de 169%, tendo sido dessa forma superado.

A Fonte de Verificação deste indicador foi o Sistema de Informação Labway.

### 1.1.3 OBJETIVOS DE QUALIDADE

O parâmetro de Qualidade representa 35% e é constituído por 3 dos 11 objetivos operacionais que constituem o QUAR da Agência.

#### O9:Elaborar Guias Técnicas de harmonização no domínio do Ambiente

Com o objetivo de aumentar a eficiência e eficácia na prestação dos serviços e consequente contribuir para o acréscimo da satisfação do cliente, a APA apostou na simplificação, harmonização e desmaterialização dos processos ou procedimentos vitais da organização.

O objetivo operacional n.º 9 reflete essa prioridade de ação, sendo um objetivo de qualidade com uma ponderação de 30%. É um objetivo relevante, sendo composto por um indicador, que se refere ao número de guias e notas técnicas no domínio do ambiente elaboradas em 2015. A meta estabelecida foi de 28 guias e o resultado obtido no final do ano foi de 47 guias elaboradas, o que representou uma superação em relação à meta de **238%**. **O objetivo obteve uma taxa de realização de 338% tendo sido superado.**

As Fontes de Verificação deste indicador foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC), E-mails que documentam a implementação das funcionalidades.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
15 N.º de Guias e Notas técnicas elaboradas	N.A.	N.A.	28	2	30	100%	47	338%	Superou	238%

TABELA 9 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 9 (Fonte: DFIN)

#### O10: Consolidar o Processo de Fusão da APA

Do ponto de vista organizacional e de gestão o essencial do processo de fusão da APA, iniciado em 2012 foi concluído em 2014. Contudo, e dado que a melhoria de eficiência e eficácia da prestação do serviço público a cargo da APA é uma tarefa contínua, em 2015 deu-se continuidade à otimização de recursos e à racionalização de custos, evidenciada através da simplificação, harmonização e desmaterialização de processos, interoperabilidade, consolidação das tecnologias e dos sistemas de informação e da criação de mecanismos de controlo de gestão eficazes.

O objetivo operacional n.º 10 tem inerente essa prioridade de ação tendo uma ponderação de 40% no parâmetro de qualidade, classificando-se como objetivo relevante. É composto por dois indicadores que se referem ambos ao desenvolvimento e operacionalização de plataformas de controlo de Receitas (faturação e emissão de DUC). Tanto o indicador 16 com o 17 obtiveram um resultado de 100% de taxa de realização, tendo sido o objetivo cumprido também com uma taxa de realização de 100%.

As Fontes de Verificação destes dois indicadores foram Sistema de Gestão Documental ou emails de submissão das versões das propostas apresentadas/dossier da execução com relatório e entregáveis.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
16 Desenvolvimento da "Plataforma de Gestão de Transações e Emissão de DUC" (Taxa de execução %)	N.A.	N.A.	98%	10%	100%	50%	100%	100%	Atingiu	0%
17 Desenvolvimento de uma Plataforma de Faturação (Taxa de execução %)	N.A.	N.A.	98%	10%	100%	50%	100%	100%	Atingiu	0%

TABELA 10 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO 10 (Fonte: DFIN)

**OII: Promover ações que estimulem o Crescimento Verde (CV)**

A APA, integrando a comissão de redação de CCV, tem contribuído para este compromisso e para a coligação para o CV, através do apoio ao processo de transformação estrutural da economia portuguesa e da aposta clara na economia verde. O objetivo operacional n.º II integra em si essa prioridade estratégica, tendo uma ponderação de 30% e sendo constituído por um indicador que contempla o número de iniciativas e projetos realizados que contribuíram diretamente para os critérios de sucesso definidos no âmbito do CCV.

INDICADORES	2013	2014	META 2015	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
18 N.º de iniciativas e projetos APA que contribuam para os critérios de sucesso definidos no âmbito do CCV	N.A.	N.A.	8	1	10	100%	11	138%	Superou	38%

TABELA 11 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OBJETIVO II (Fonte:DFIN)

Para 2015 definiu-se como meta a realização de 8 iniciativas/projetos no âmbito do CCV, tendo sido obtido um resultado de 11 iniciativas que contribuíram para a implementação do CCV, o que representou uma superação em relação à meta de **38%**. **O objetivo obteve uma taxa de realização de 138% tendo sido superado.**

De destacar os contributos para a implementação do compromisso, os contributos para o acompanhamento e sua monitorização; ações de participação nas atividades do GT da Economia Verde e na definição de medidas, iniciativas e de linhas de ação no âmbito da Política de Crescimento Verde.

As Fontes de Verificação deste indicador foram o Sistema de Gestão Documental (FILEDOC) e E-mails de submissão dos documentos apresentados.

Pelo exposto acima pode-se constatar que se obtiveram resultados positivos em todos os indicadores do QUAR para 2015. Com efeito, dos 11 objetivos operacionais definidos, 9 foram superados e 2 foram atingidos, tendo sido **a taxa de execução final do QUAR de 152%**.

Parâmetro	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	35%	30%	35%
Grau de Execução	140%	130%	183%
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL			152%

TABELA 12 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO FINAL DO QUAR (Fonte:DFIN)

**2 - AVALIAÇÃO DE RECURSOS****RECURSOS HUMANOS**

Em relação aos recursos humanos planeados registou-se um desvio global negativo de cerca 4,4%. O decréscimo foi mais acentuado na carreira de Técnico Superior e da carreira Informática, tal como se pode constatar na seguinte tabela:



Recursos Humanos Cargo/Carreira/Categoria	Planeado (2014/12/31)	Executado (2015/12/31)	Desvio
Dirigentes Superiores	4	4	0%
Dirigentes Intermédios	76	73	- 3,95%
Técnicos Superiores	403	375	-6.95 %
Informático	24	21	-12.5 %
Assistentes Técnicos	169	172	1,8 %
Assistentes Operacionais	47	46	- 2,13 %
<b>TOTAL</b>	<b>723</b>	<b>691</b>	<b>-4,4%</b>

TABELA 13 - VARIAÇÃO DO N.º DE RECURSOS HUMANOS DA APA (FONTE: DRHF/DFIN)

As principais causas para esse decréscimo foram: a mobilidade interna para outros organismos, a aposentação, e outras situações, nomeadamente nomeações em comissão de serviço e regime de substituição, procedimentos concursais, cessação de nomeação de dirigentes, entre outros. De salientar que o **índice de tecnicidade fixou-se nos 57%**. Esta tendência é justificada pelo regresso de alguns dirigentes à carreira de origem na APA, bem como pela aplicação de uma política de recrutamento seletiva e orientada para a carreira técnica superior, recorrendo-se ao regime de recrutamento através da mobilidade interna e procurando-se a sua consolidação, sempre que estivessem reunidas as condições para o efeito.

Em 2015 verificaram-se 39 entradas na APA, a sua grande maioria provenientes de mobilidades internas, regresso de licenças e comissões de serviço, procedimentos concursais e o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP).

## RECURSOS FINANCEIROS

O quadro de restrições orçamentais é hoje o “novo normal” na administração pública. Tal situação gera considerável incerteza no planeamento financeiro e uma execução orçamental, não tendo a APA sido a exceção.

Dispondo de um Orçamento Nominal de 85,47M€, a APA executou cerca de 63,97M€, o que correspondeu a uma taxa de execução de 74,8 %. Esta é a mais alta taxa de execução desde a fusão de 2012.

Do orçamento total executado, 33,74M€ destinaram-se a despesas de funcionamento (OF) e 30,23M€ foi aplicado ao Investimento (OI).

Orçamento	Inicial	Estimado (Dot. Corrigida)	Realizado	Desvio	Desvio (%)
<b>Funcionamento</b>	<b>29,46</b>	<b>38,94</b>	<b>33,74</b>	<b>-5,21</b>	<b>-13,37%</b>
<b>Investimento</b>	<b>40,43</b>	<b>46,53</b>	<b>30,23</b>	<b>-16,30</b>	<b>-35,04%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>69,9</b>	<b>85,47</b>	<b>63,97</b>	<b>-21,51</b>	<b>-25,16%</b>

TABELA 14 - ORÇAMENTO TOTAL -FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO (FONTE:DFIN)

Rubrica Orçamental	Inicial	Estimado (Dot. Corrigida)	Executado	Desvio (%)
Desp. Pessoal	20,85	21,07	20,27	-3,79%
Aquisição Bens e Serviços	6,76	15,72	12,08	-23,19%
Outras Despesas	1,71	2,08	1,34	-35,53%
Desp. Capital	0,14	0,07	0,05	-33,45%
<b>TOTAL</b>	<b>29,46</b>	<b>38,94</b>	<b>33,74</b>	<b>-13,37%</b>

TABELA 15 - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (FONTE:DFIN)

Dos 33,74M€ de **orçamento de funcionamento (OF)** executado, 60,08% destinaram-se a assegurar as despesas com pessoal, 35,8% foram utilizados para a aquisição de bens e serviços, 3,97% para outras despesas correntes e os restantes 0,15% foi canalizado para despesas de capital.

Financiamento	Inicial	Estimado (Dot. Corrigida)	Executado	Desvio (%)
Nacional	16,34	16,34	11,01	-32,61%
Comunitário	24,09	30,19	19,22	-36,35%
<b>TOTAL</b>	<b>40,43</b>	<b>46,53</b>	<b>30,23</b>	<b>-35,04%</b>

TABELA 16 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (FONTE:DFIN)

Área Estratégica	Inicial	Estimado (Dot. Corrigida)	Executado	Desvio (%)
AVALIAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	1,57	1,54	0,85	-44,50%
GESTÃO ESTRATÉGICA DA ÁGUA	35,64	41,58	27,67	-33,45%
GESTÃO ESTRATÉGICA DO AR E DO CLIMA	0,26	0,31	0,22	-29,46%
GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RESÍDUOS	0,48	0,42	0,19	-53,76%
REESTRUTURAÇÃO INTERNA DA APA, I.P.	2,48	2,69	1,29	-51,85%
<b>TOTAL</b>	<b>40,43</b>	<b>46,53</b>	<b>30,23</b>	<b>-35,04%</b>

TABELA 17 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO POR ÁREAS ESTRATÉGICAS (FONTE:DFIN)

Em relação ao **Orçamento de Investimento (OI)**, constituído na sua maioria por projetos cofinanciados pelo POVT, PO SEUR e COMPETE, importa referir que os projetos sob os quais incidiu maior investimento foram os relacionados com a gestão estratégica da água, em particular os referentes a ações de proteção de pessoas e bens, com prioridade para a implementação do PAPVL e outras intervenções na orla costeira e os relacionados com o processo de consolidação e reestruturação interna. Dos cerca de 46,5 M€ de investimento estimado, **foram executados 30,2 M€** (19,22 M€ em financiamento comunitário e 11,01% em financiamento nacional), **a que corresponde uma execução de 64,9 %**.

Os principais constrangimentos registados ao longo do ano na execução dos projetos foram a tramitação cada vez mais complexa dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, nomeadamente:

- Insuficiência de dotação de alguns projetos de Investimento para suportar os compromissos transitados de 2014 para 2015, decorrentes de recalendarização de ações e consequente necessidade de alterações orçamentais.
- Inexistência de liquidez para pagar a contrapartida nacional da despesa cofinanciada assegurada por transferências do FPRH e do FIA.
- Pedidos de autorização de compromisso plurianual, o que provocou atraso na respetiva execução.
- Obrigatoriedade de pareceres prévios vinculativos autorizadores da abertura dos processos aquisitivos, isto é pareceres prévios da Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP), da Direção Geral do Orçamento (DGO), da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), condicionou fortemente a implementação de uma série de projetos, uma vez que provocou uma dilação no prazo de conclusão do processo aquisitivo, causada essencialmente pelo tempo de espera na emissão do parecer prévio autorizador, inviabilizando mesmo a execução de alguns dos projetos.
- Paralelamente aos processos pendentes no SEAP, DGO e AMA houve a necessidade de proceder à atualização dos cabimentos e respetivos formulários.

## RECURSOS MATERIAIS

### Património Imóvel

A APA conta com 34 edifícios de norte a sul do país que ajudam a garantir o normal funcionamento da sua atividade. Destes, 4 são arrendados, 19 são próprios e 11 são protocolos existentes com Instituições locais para disponibilização do espaço, como se pode constatar na tabela seguinte.

Tipo	Edificado	N.º de Imóveis
Arrendados	SEDE - Porto	1
	Arquivo - Vila Real	1
	Divisão do Douro Interior - Mirandela	1
	Polo de Santarém	1
Próprios	Polo de Abrantes	1
	Delegação de Setúbal	1
	Delegação de Beja	1
	Sede - Faro	1
	Laboratório - Faro	1
	Armazém - Faro	1
	Edifício Sede - Amadora	1
	Armazém - Samora Correia	1
	Laboratório de Terras - Montemor-o-Velho	1
	Escritórios - Pré-fabricados - Montemor-o-Velho	1
	Armazém / arquivo - Montemor-o-Velho	1
	Pré-Fabricados - desocupados - Castro Marim	1
	Sede-Coimbra	1
	Sede Caldas da Rainha	1
	Serviços Laboratoriais	1
	Laboratório - Vila Nva de Sto André	1
	Apartamento - Casa de Função - Vila Nova de Sto André	1
	CEGSA - Centro Estudos Geotecnia - Vila Nova de Sto André	1
	Barragem do Funcho - Faro	1
Protocolo	Gabinete do Litoral Norte - Viana do Castelo	1
	Lamego	1
	Polo da Guarda	1
	Arquivo - Macedo de Cavaleiros	1
	Polo de Leiria	1
	Polo de Aveiro	1
	Polo de Viseu	1
	Polo de Portalegre	1
	Polo de Castelo Branco	1
	Arquivo - Odivelas	1
	Sede Evora	1
Total		34

Figura 4 - PATRIMÓNIO IMÓVEL DA APA (Fonte: DALP/DFIN)

## Património Móvel

Em 2015 iniciou-se o processo de cadastro e inventariação dos bens móveis da APA, de acordo com as normas do Sistema CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), estabelecidas na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de abril.

Para além do cadastro e inventário, está prevista a reconciliação física-contabilística de todos os bens, a atualização dos documentos do Modelo de Gestão de Ativos e a criação de um ficheiro para a integração dos dados no módulo de gestão de ativos do GERFIP em uso na APA. Anualmente é elaborada uma previsão das necessidades de utilização de stocks para o ano, nas diversas categorias que se encontram centralizadas, sendo elaborado o plano anual de necessidades e enviado à UMC do Ministério do Ambiente.

A frota da APA é constituída por 91 viaturas, das quais 46 são veículos ligeiros de passageiros, 45 são ligeiros mistos, 4 barcos e 4 geradores.

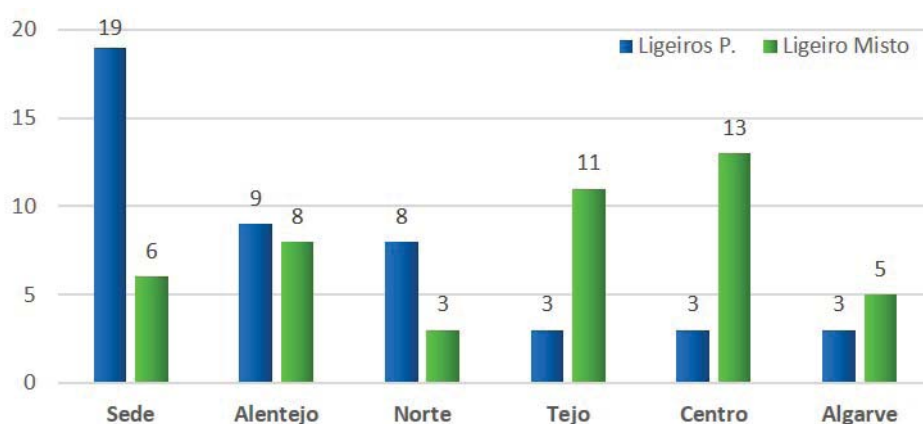


Gráfico I- DISTRIBUIÇÃO DAS VIATURAS DA APA, POR TIPO DE VIATURA E POR REGIÃO (Fonte: DALP/DFIN)

No ano de 2015 existiam 21 viaturas em situação de abate, reflexo de uma frota com um elevado número de anos por viatura.

O montante total gasto em 2015 com a frota automóvel foi cerca de 0,4 M€, dos quais 0,19M€ em combustível, 0,05 M€ em despesas com a via verde e os restantes 0,14M€.em ações de manutenção e reparação.

## Património Documental

O arquivo da APA é constituído por várias séries oriundas dos serviços que foram extintos e integradas na APA. Este arquivo encontra-se depositado em vários locais distribuídos pelo país e cujas séries mais antigas datam do séc. XIX e abrangem um período de mais de 100 anos.

Iniciou-se em 2014 o projeto de inventariação e custódia externa para melhorar as condições de depósito, e em simultâneo continuar o processo de inventariação, avaliação e seleção dos documentos.

De destacar, a assinatura de protocolo com a Universidade do Minho na área da investigação, conservação e melhoramento do acesso aos arquivos históricos da ARH Norte.

## Recursos Tecnológicos

### A APA dispõem dos seguintes Sistemas de Informação:

Em relação aos recursos tecnológicos, a APA dispõe de uma infraestrutura tecnológica baseada numa rede local virtual (VLAN) fornecida por operador, que interliga os diversos locais, a Sede em Alfragide, as sedes regionais em Faro, Évora, Coimbra e Porto, com todos os núcleos (17).

Todas as linhas da VLAN estão configuradas com as respetivas redes regionais (Sede e Núcleos por Região). Ao nível de comunicações de voz a APA tem tecnologia VOIP (Voice over Internet Protocol), IPBRICK, com telefones digitais por colaborador, ligações físicas em cada localização e com backup de um acesso primário na Sede, com SIPTRUNK suportado com base na FCCN e com dois Operadores, MEO e NOS.

A segurança da Rede da APA é garantida por uma tecnologia de segurança perimetral, de nível aplicacional, com Firewall e gestão de encaminhamentos e protocolos.

Ao nível da autenticação para acessos aos sistemas e serviços de BackOffice, a APA está suportada por um Diretório de Nomes de tecnologia Microsoft (Active Directory).

As partilhas de informação são suportadas por tecnologia centralizada na Sede da APA, com infraestruturas de Blades com storage área network (SAN's), com Servidores centralizados para a realização de cópias de salvaguarda de informação, de acordo com políticas definidas.

Os servidores são um misto de tecnologia Microsoft com opensource, assentes em virtualização VMWARE (**VMware** é um software/máquina virtual que permite a instalação e utilização de um sistema operacional dentro de outro dando suporte real a software de outros sistemas operativos)

Em termos de Sistemas de Informação existe um misto tecnológico de Bases de Dados (SQL da Microsoft, PostgreSQL (um sistema gerenciador de banco de dados objeto relacional (SGBDOR), desenvolvido como projeto de código aberto.), ORACLE) e as plataformas são assentes em PHP (linguagem de script interpretada do lado do servidor de código aberto amplamente utilizado no desenvolvimento web.), JAVA, NET e Sharepoint, entre outros.

A consolidação de dados é feita com base em metodologias MDM e BI, usando tecnologia Microsoft SQL de base.



**Suporte Adicional**

A APA dispõem dos seguintes Sistemas de Informação:

Âmbito	Sistema de Informação	Funcionalidades	Destinatários
Gestão Financeira e Orçamental	GERRP - Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado.	Permite a qualquer serviço, independentemente da sua dimensão, regime de autonomia, setor de atividade ou localização geográfica, dispor de uma solução de suporte à gestão orçamental, financeira, patrimonial e logística, tendo por base o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).	DFIN e ARH <sup>1</sup>
	NAV	Sistema de receitas, faturação e emissão de DUC.	DFIN
Gestão de Bens, Aproveitamento e Aquisição de Serviços	NAV		DFIN
Recursos Humanos	SIADAP szg	Sistema integrado que permite a gestão e avaliação do desempenho dos funcionários.	Unidades Orgânicas da APA.
	SRH - Sistema de Recursos Humanos.	Sistema que permite o registo e informação dos funcionários, processamento de vencimentos, falta, férias e balanço social.	DFIN
	SIP		DFIN
	SSD	Sistema que facilita o acesso aos dados existentes no SRH, permitindo a consulta da informação em tempo real. Permite a construção de todo o tipo de relações e agrega toda a informação em torno de dimensões bem definidas, mantendo a informação operacional e apoiando a decisão.	DFIN
	CROHNUS	Controlo da assiduidade e pontualidade	Unidades Orgânicas da APA.
	Portal APA	Permite a disponibilização de informação, ao público em geral, de informação pertinente sobre a APA e sobre as várias áreas da sua atividade.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
Informação e Documentação	EXCHANGE SERVER (Servidor de e-mail)	Servidor de correio eletrónico corporativo de suporte para toda a APA.	Unidades Orgânicas da APA.
	FILEDOC	Sistema de Gestão Documental	Unidades Orgânicas da APA
Sistemas de Informação	SNRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos.	Sistema que permite armazenar e divulgar publicamente os dados hidro-meteorológicos e de qualidade da água recolhidos na rede de monitorização de recursos hídricos do Ministério do Ambiente	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	SIAmb - Sistema Nacional de Informação de Ambiente	Viso otimizar e racionalizar os procedimentos de recolha, avaliação e comunicação de informação de ambiente flável e pertinente, suporte aos processos de tomada de decisão e à elaboração e implementação de políticas e estratégias em matéria de ambiente e sua integração nas políticas setoriais.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	SIAlA - Sistema de Informação Sobre Avaliação de Impacte Ambiental	Tem como objetivo disponibilizar informações sobre os projetos sujeitos ao regime de avaliação de impacto ambiental (AIA). Este sistema compila os dados existentes em sistemas anteriores desde o início da aplicação deste instrumento a nível nacional (1988). Para os registos mais recentes (desde 2008), procurou-se ainda complementar a informação anteriormente	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	QUALAR - Base de Dados On-Line Sobre a Qualidade do Ar.	Esta aplicação visa controlar todos os dados de qualidade do ar medidos em Portugal e disponibilizar informação ao público sobre qualidade do ar.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	RPLE - Registo Português de Licenças de Emissão	Bases de dados eletrónicas normalizadas, contendo dados comuns que permitem acompanhar a concessão, detenção, transferência e anulação de licenças de emissão.	Unidades Orgânicas da APA.
	SIRAPA - Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente	É um portal internet de comunicação, recorrendo a entidades clientes e parceiras, com obrigações legais no âmbito do Ambiente - SIRER, PRTR, REGEE e registo QNQA. Esta plataforma permite, aos utilizadores já registados, efetuar pedidos de informação ou de licenciamento, aceder à formulários, submeter a informação, consultar o estado do processo ou resposta, aceder a informação sobre pagamentos.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	SILAmb - Sistema Integrado para o Licenciamento Ambiental.	Sistema de licenciamento com todos os processos, tendo em conta os respetivos enquadramentos e de acordo com Dec. Lei do LUA	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	SIOGR - Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos.	É uma aplicação informática, que tem como principal objetivo facilitar o acesso por cidadãos e produtores de resíduos à informação relevante sobre as entidades que efetuam operações de gestão de resíduos, prosseguindo o correto encaminhamento dos resíduos e o seu tratamento adequado.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	INSAAR - Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais.	Sistema suportado por uma base de dados abrangente e geográfica que permite obter dados sobre a utilização da água pelos principais sectores de atividade (urbano, indústria e agrícola), os registos de informação sobre os utilizadores dos recursos hídricos e os seus sistemas.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	SNURH - Sistema Nacional de Informação sobre os Titulos de Utilização dos Recursos Hídricos	Aplicação para a regularização da taxa de recursos hídricos.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral
	BARpt - Sistema de Informação sobre Barragens.	Base de dados com informação das barragens que têm sido objeto de intervenção no âmbito da aplicação de regulamentos de segurança, nas fases de planeamento, projeto, construção e exploração.	Unidades Orgânicas da APA e Público em Geral

TABELA 18 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E APLICAÇÕES EXISTENTES NA APA (FONTE: DTSI)



### 3. AVALIAÇÃO DE CONTEXTO

#### 3.1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno traduz-se na concretização dos objetivos e cumprimento das normas legais e regulamentares e numa gestão baseada nos princípios de eficácia e eficiência. Por controlo interno entende-se pois a verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, das atividades, programas e projetos.

A avaliação do sistema de controlo interno da APA segue a metodologia preconizada no “Anexo A” do documento Avaliação dos Serviços - Linhas de Orientação Gerais (Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS), 2010).

QUESTÕES	RESPOSTAS			FUNDAMENTAÇÃO
	S	N	N.A.	
<b>I – Ambiente de controlo</b>				
I.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			
I.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Segregação de funções; Sistema de verificação/validação pelo menos a dois e a três níveis: Técnico-Chefe de Divisão-Diretor de Serviços Fiscal Único
I.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Está prevista a equipa na estrutura organizacional, embora de momento não se encontra provida de elementos
I.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			Aplica-se a Carta Ética – Dez Princípios Éticos na Administração Pública” (RCM n.º47/97)
I.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			É elaborado anualmente um plano de formação Profissional com base no levantamento de necessidades e disponibilidades financeiras. O Plano é aprovado pelo CD da APA e divulgado internamente a todos os trabalhadores.
I.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			São realizadas reuniões regulares entre a direção superior e os dirigentes intermédios das unidades orgânicas com o objetivo de acompanhar o conjunto das atividades desenvolvidas nos diferentes departamentos, assim como para analisar, definir e adotar as estratégias a prosseguir.

QUESTÕES	RESPOSTAS			FUNDAMENTAÇÃO
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			15 Auditorias e ações de acompanhamento no âmbito das candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao Referência Estratégica Nacional (QREN). Auditoria de segurança informática interna e externa realizada pela layer8 Ação de diagnóstico às condições gerais às medidas de autoproteção no âmbito da segurança contra riscos de incêndio realizada pela empresa JPS Consulting Várias ações de participação pública no âmbito do licenciamento ambiental, Avaliação de Impacte Ambiental e de Gestão dos Recursos Hídricos.
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A APA foi criada pelo Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março sendo a sua estrutura regulamentada pela portaria n.º 108/2013, de 15 de março. A estrutura organizacional obedece às regras definidas legalmente pelo n.º 2 do art.º 5 e do n.º 2 do art.º 33 da Lei n.º 3/2004 de 15 de janeiro. (Lei quadro dos Institutos Públicos), alterada pela Lei 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006 de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, pelo Decreto-lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
2.2 Todos os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Todos os colaboradores do serviço frequentaram pelo menos uma ação de formação? (indique a percentagem caso a resposta seja não)		X		Cerca de 62% dos trabalhadores frequentaram pelo menos uma ação de formação.
<b>3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				

QUESTÕES	RESPOSTAS			FUNDAMENTAÇÃO
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Manual de Procedimentos onde se encontram definidos os workflows dos processos aquisitivos. Manual de Procedimentos de deslocamentos em território nacional ou ao estrangeiro com formulários. Regulamento da Gestão da Frota Automóvel Manual da Gestão Documental Manual da Gestão de Assiduidade Encontram-se em fase de conclusão os manuais de procedimentos de Recursos Humanos, Formação e Gestão documental e Gestão Financeira.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Despachos de Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Existe uma política de criação de equipas e grupos multidisciplinares agrupando elementos de várias unidades orgânicas da APA. Em cada unidade orgânica é promovida a rotatividade de funções.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			As responsabilidades funcionais são inerentes as competências legalmente definidas para cada unidade orgânica (portaria n.º 108/2013, de 15 de março). Despachos de Delegações de competências Normas e Instruções Internas Manuais de Procedimentos supramencionados.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Normas e Instruções Internas Regulamentos internos Manuais de Procedimentos supramencionados.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Foi implementado um Sistema de Gestão Documental o qual define claramente o circuito de cada documento.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			

QUESTÕES	RESPOSTAS			FUNDAMENTAÇÃO
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Aplicações no âmbito da gestão de recursos humanos: SRH, Crohnus (Sistema de Gestão da Assiduidade); FILEDOC (Sistema de Gestão Documental); Planeamento e Avaliação de Desempenho (SIADAP 123) e SSD (Sistema de Apoio à Decisão). Gestão Financeira: GERFIP e NAV (Sistema de Controlo de Receitas-faturação e emissão de Ducs).
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			NAV-Gateway de pagamentos Filedóc-SILiAmb SRH-CRHONUS NAV-SILiAmb
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Backups diários de salvaguarda de dados
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			É garantida pelo Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação, através de informação encriptada e de mecanismos de autenticação. O principal mecanismo de autenticação é o serviço de diretório no protocolo LDAP.

TABELA 19 - QUESTIONÁRIO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (FONTE:DFIN)

### 3.2. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

A análise levada a cabo tem como objetivo aferir o grau de satisfação de cada trabalhador em relação às várias áreas de atuação da Agência, identificando em simultâneo os aspetos a melhorar ou a reforçar. Os inquéritos aplicados basearam-se num modelo de questionário de satisfação Common Assessment Framework (CAF). As dimensões avaliadas foram as seguintes: Gestão e Sistemas de Gestão, Condições de Trabalho, Envolvimento e Participação e Avaliação Global.

A escala utilizada para aferir o grau de satisfação foi: 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Satisfeito, e 4 = Muito Satisfeito.

As perguntas foram de resposta obrigatória, para garantir a resposta a cada parâmetro e evitar omissões. Deste modo, foi criada a opção de não resposta, considerando-se valor nulo de resposta NS/NR - não sabe/ não responde.

Os questionários foram disponibilizados para preenchimento e submissão online, entre 22 Março e 1 de Abril, e foi garantida a confidencialidade e anonimato dos inquiridos. Foi criado e desenvolvido um formulário online, disponibilizado na plataforma do GOOGLE DOCS.

À data de aplicação dos questionários, encontravam-se ao serviço 685 trabalhadores a quem foi enviado por meio de correio eletrónico uma hiperligação ao questionário, a preencher e submeter online. Foram rececionadas 171 respostas ao inquérito, o que representa uma taxa de resposta de 25%.

Analisando o perfil dos inquiridos que responderam constata-se que cerca de 73,4% pertencem à carreira técnico superior ou equiparado e a sua maioria situam-se nas faixas etárias dos 35-44 anos (31,2 %) e dos 45-54 anos (30,6%).

De seguida apresentam-se os resultados dos índices de satisfação por dimensão analisada.

#### A. Gestão e Sistemas de Gestão



GRÁFICO 2 - GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (FONTE: DFIN)

Em relação à primeira dimensão os aspetos com um maior índice de satisfação referem-se à Política de Comunicação Interna (47%) e Política de Gestão adotada pela APA face à Mudança e à Modernização (43%). Em contrapartida, os que apresentaram um nível de insatisfação mais elevado foram os relacionados com a Promoção da Iniciativa Individual (57%), com a Política de Gestão de Recursos Humanos (56%) e com a Política de Gestão de Formação Profissional (56%).

### Condições de Trabalho

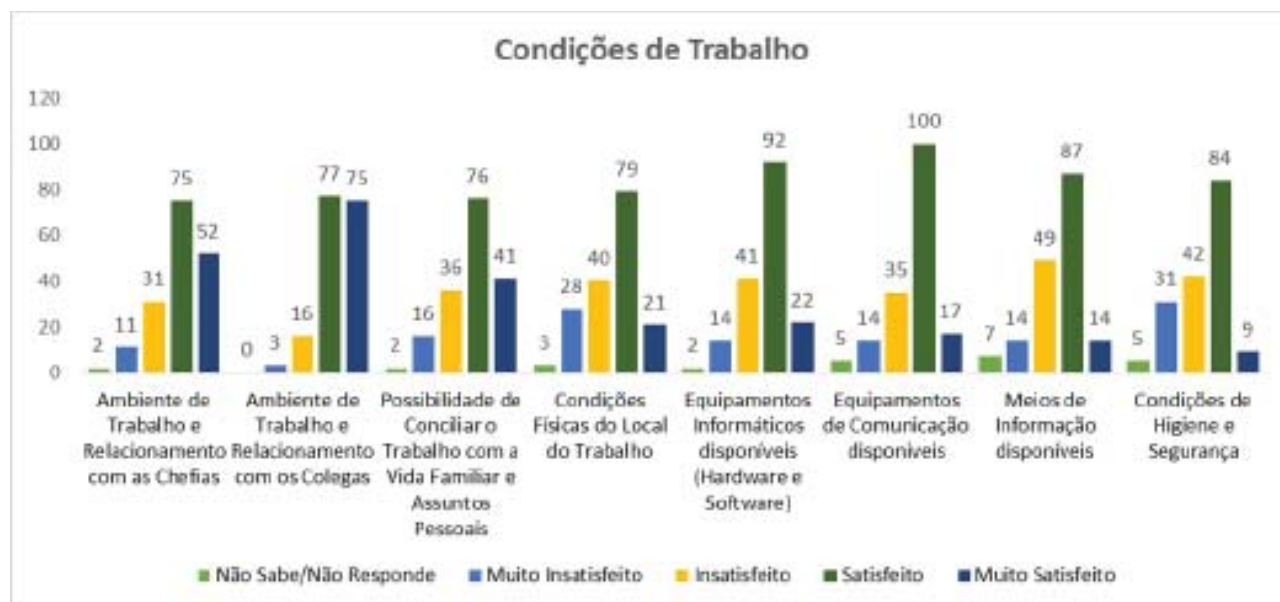


GRÁFICO3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO NA APA (FONTE: DFIN)

Analisando os resultados obtidos, podemos constatar que é em relação à dimensão referente às condições de trabalho que os trabalhadores se mostram mais satisfeitos, nomeadamente relativamente ao ambiente de trabalho e relacionamento com as chefias e com os colegas (74,3% e 89% respetivamente), à possibilidade de conciliação do trabalho com a vida familiar (68%) e aos equipamentos informáticos e de comunicação disponíveis (67% e 68% respetivamente).

### B. Envolvimento e Participação



GRÁFICO 4 - ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DA APA (FONTE: DFIN)

A dimensão referente à política de envolvimento e possibilidade de participação pelos trabalhadores nas atividades estratégicas e de melhoria e em matérias decisivas no âmbito da atividade da Agência é aquela que os trabalhadores demonstram um nível de insatisfação mais elevado (60% e 62% respetivamente).

### C. Avaliação Global

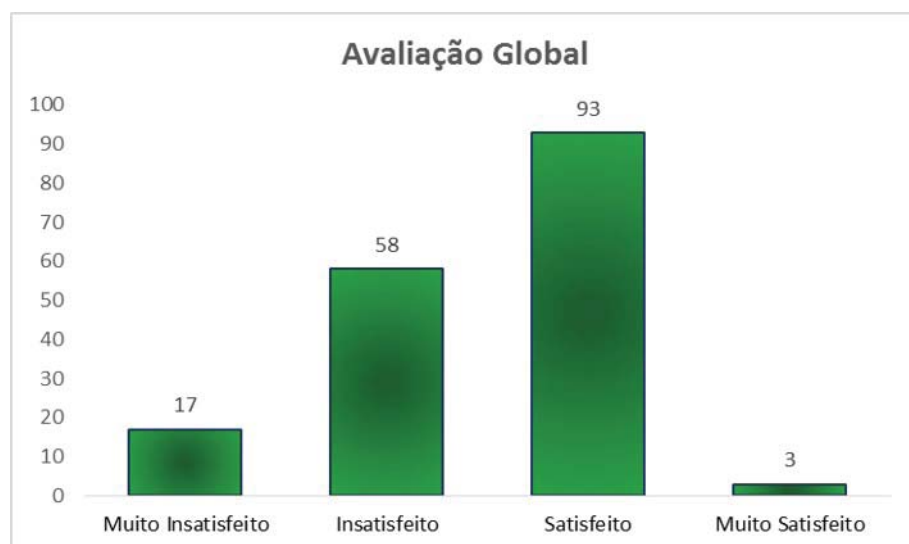


GRÁFICO 5 - AVALIAÇÃO GLOBAL (FONTE: DFIN)

Contudo, apesar dos resultados obtidos em cada dimensão, em termos globais cerca de metade (54%) dos trabalhadores estão satisfeitos em relação às várias áreas de atuação da Agência.

### D. Relacionamento da APA com o Cidadão e a Sociedade

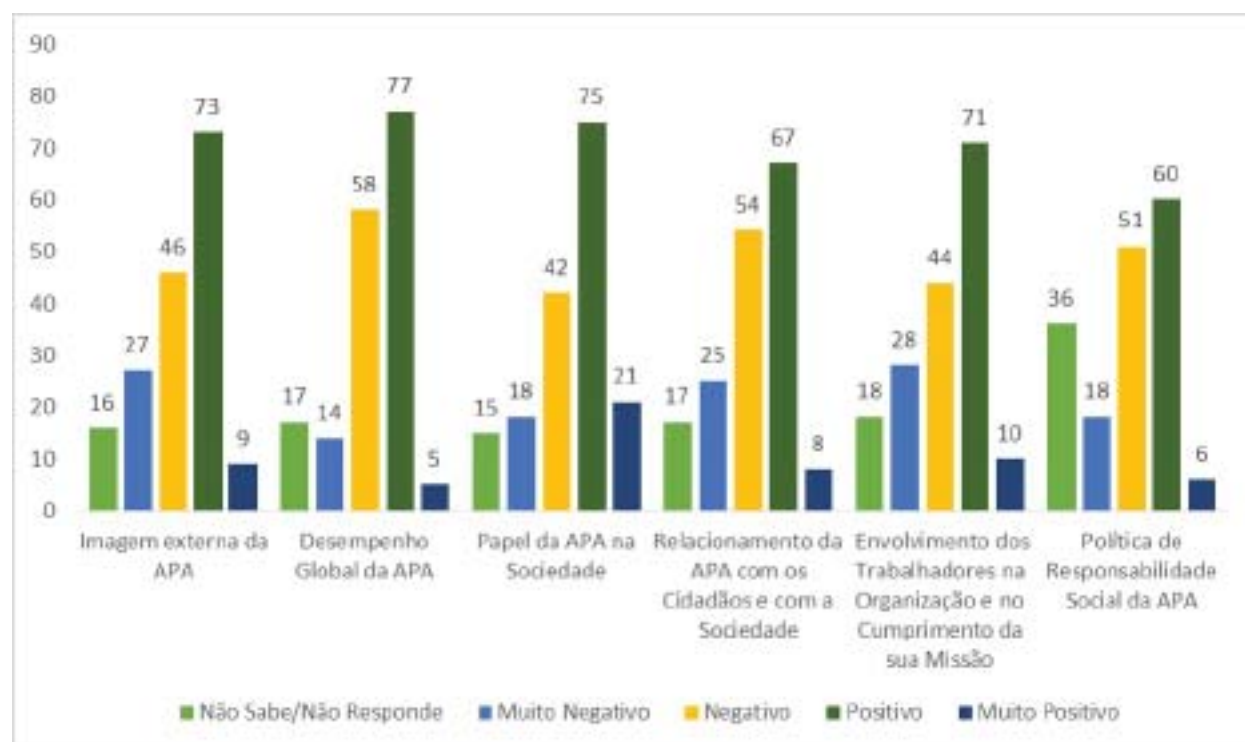


GRÁFICO 6 - RELACIONAMENTO DA APA COM O CIDADÃO E A SOCIEDADE (FONTE: DFIN)



Foram efetuadas diversas sugestões, destacando-se as seguintes áreas a melhorar:

- Planeamento e Gestão Estratégica.
- Envolvimento e Participação Interna.
- Acolhimento e Integração.
- Gestão de Recursos Humanos.
- Gestão da Formação Profissional.
- Comunicação Interna.

Estão previstos para 2016, projetos do eixo de Gestão, que permitirão melhorar alguns aspetos nas áreas identificadas, nomeadamente.

- Reformulação do portal da APA, orientando-o para as principais necessidades dos clientes.
- Planeamento e arquitetura da informação e webdesign do novo portal de dados da APA para a divulgação da sua informação ambiental, bem como de aplicações móveis para o efeito.
- Melhoria da qualidade e eficiência do atendimento prestado pelo APA aos seus clientes através da implementação da primeira fase do projeto realização de diagnóstico à área do atendimento ao cliente na APA.
- Desenvolvimento e implementação de uma solução de Digital Signage/Promo Displays, a qual permitirá imprimir uma nova dinâmica na forma de comunicar com clientes e funcionários, promover uma redução de custos de impressão de material informativo em suporte de papel (folhetos, sinalética de segurança, e outros), transmitir em live streaming eventos a decorrer no auditório da APA, reforçar e uniformizar a sua imagem externa, bem como apoiar o Serviço de Atendimento.
- Implementação de uma ferramenta de Gestão de Processos.
- Implementação do BI.
- Implementação da área de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- Promoção de iniciativas de divulgação das melhores práticas de educação e cidadania ambiental.
- Promoção de processos de participação pública em matéria de ambiente.

### 3.3. APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR PARTE DOS CLIENTES E STAKEHOLDERS

Neste ponto, apresentam-se os principais resultados relativos à apreciação dos Clientes e Stakeholders. Esta análise tem como objetivo aferir o grau de satisfação dos clientes e entidades parceiras da Agência em relação aos serviços prestados, identificando em simultâneo os aspetos a melhorar essenciais para reforço do compromisso com uma aposta na melhoria contínua.

Os inquéritos aplicados basearam-se num modelo de questionário de satisfação CAF. As dimensões avaliadas foram as seguintes: Imagem Global, Atendimento e Comunicação, Produtos e Serviços, Envolvimento e Participação e Avaliação Global.

A escala utilizada para aferir o grau de satisfação foi: 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Satisfeito, e 4 = Muito Satisfeito.

As perguntas foram de resposta obrigatória, para garantir a resposta a cada parâmetro e evitar omissões. Deste modo, foi criada a opção de não resposta, considerando-se valor nulo de resposta NS/NR - não sabe/não responde. O questionário foi enviado ao universo de Clientes e Stakeholders por correio eletrónico, tendo sido fornecida a hiperligação para preenchimento e submissão online, entre 30 Março e 7 de Abril, com o objetivo de promover uma taxa de resposta elevada e garantir a confidencialidade e anonimato dos inquiridos. Foi criado e desenvolvido um formulário online, disponibilizado na plataforma do GOOGLE DOC.

Para uma melhor compreensão dos perfis dos inquiridos foram acrescentadas, no final do questionário, perguntas de resposta opcional para caracterizar as respostas.

O tratamento e análise de dados foram efetuados de modo global para garantir a confidencialidade dos inquiridos, representando a súmula dos resultados relativos à apreciação por parte dos Clientes e Stakeholders.

Dos 134 e-mails enviados com sucesso foram rececionadas 17 respostas, o que se traduz numa taxa de resposta de 13%, essencialmente oriundas da Administração Pública Local e Central (73,4%) com mais de 500 trabalhadores. Apresentam-se os resultados dos índices de satisfação por dimensão analisada:

## A. Imagem Global

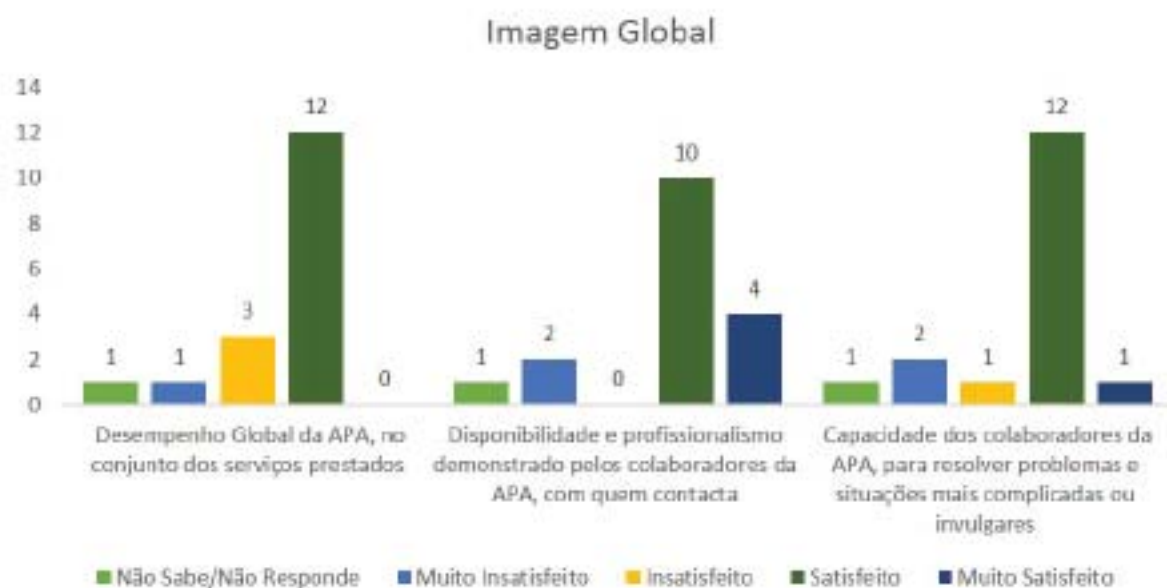


GRÁFICO 7 - IMAGEM GLOBAL QUE OS CLIENTES TÊM DA APA (FONTE: DFIN)

Analisando os resultados dos índices de satisfação por dimensão, podemos constatar que é em relação à imagem global da Agência que os Clientes e os Stakeholders se mostram mais satisfeitos. Os aspetos com um maior índice de satisfação referem-se à disponibilidade e profissionalismo demonstrado pelos trabalhadores da APA e à capacidade dos seus trabalhadores para resolver problemas e situações mais complicadas ou invulgares (82% e 76% respetivamente).

## B. Atendimento e Comunicação

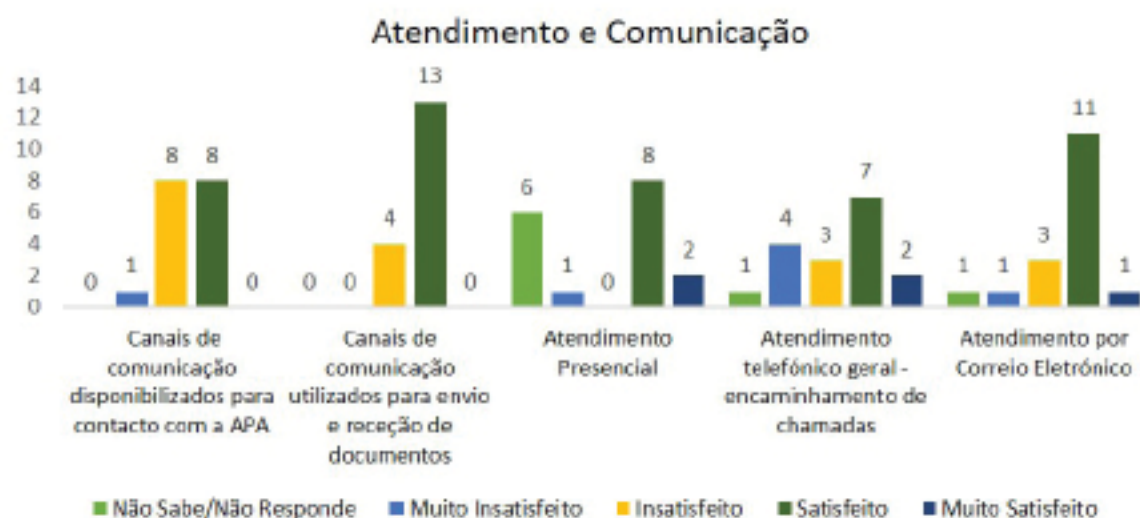


GRÁFICO 8 - ATENDIMENTO E COMUNICAÇÃO (FONTE: DFIN)

Em contrapartida, é em relação ao aspeto referente aos canais de comunicação disponibilizados para contacto com a APA e a resposta a sugestões e reclamações que o nível de satisfação foi mais baixo.

### C. Produtos e Serviços

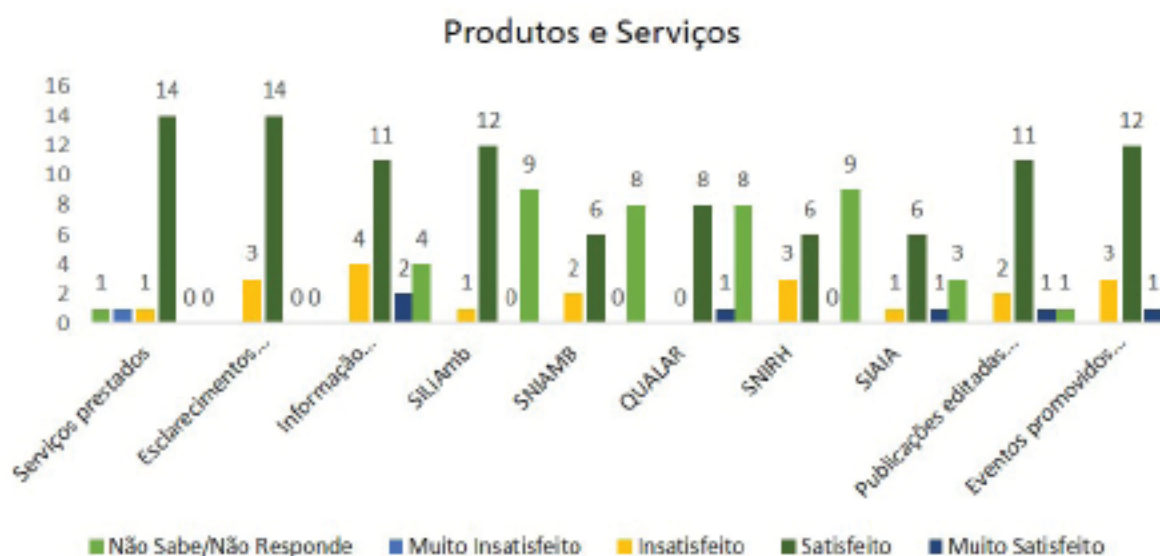


GRÁFICO 9 - PRODUTOS E SERVIÇOS (FONTE: DFIN)

No diz respeito aos produtos e serviços disponibilizados referenciados com uma avaliação bastante positiva, podemos salientar a qualidade dos serviços prestados (**82%**) e dos esclarecimentos prestados (**82%**), a informação disponibilizada no portal da APA (**76%**) e os eventos promovidos pela Agência (**76%**).

### D. Envolvimento e Participação

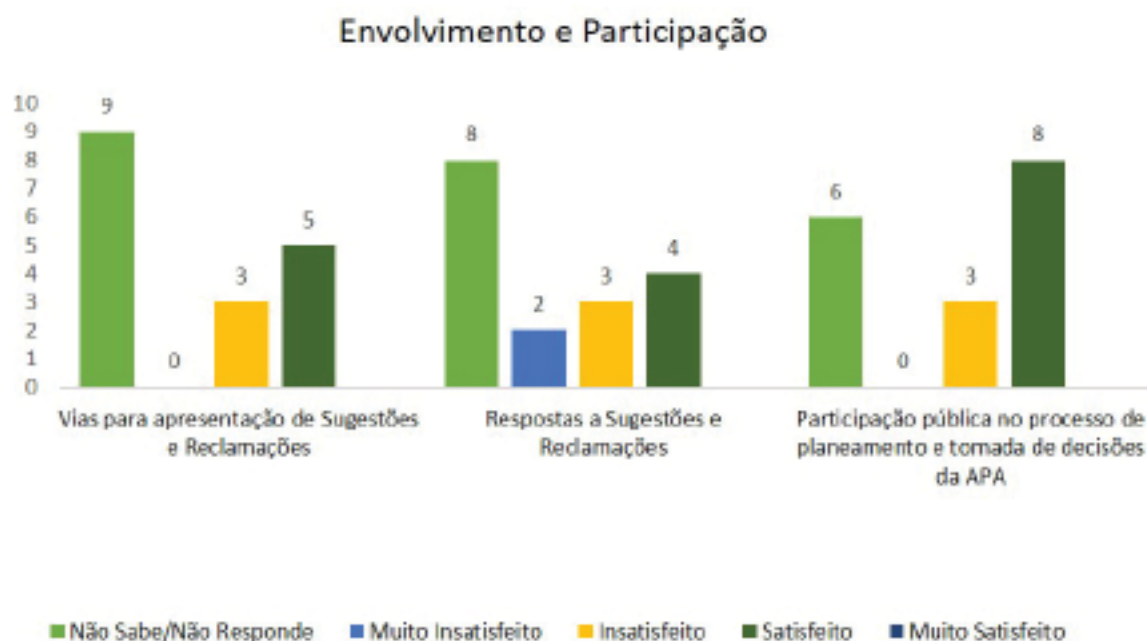


GRÁFICO 10 - ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO (FONTE: DFIN)

Em relação à dimensão referente à política de envolvimento e possibilidade de participação pelos Clientes e Stakeholders, constata-se que, apesar da elevada taxa de não resposta, cerca de 47 % dos inquiridos estão satisfeitos em relação à política de participação pública promovida pela APA no processo de planeamento e tomada de decisão. Em contrapartida, foi em relação à resposta da APA a sugestões e reclamações que o nível de satisfação dos Clientes e Stakeholders se apresentou mais baixo.

## E. Avaliação Global

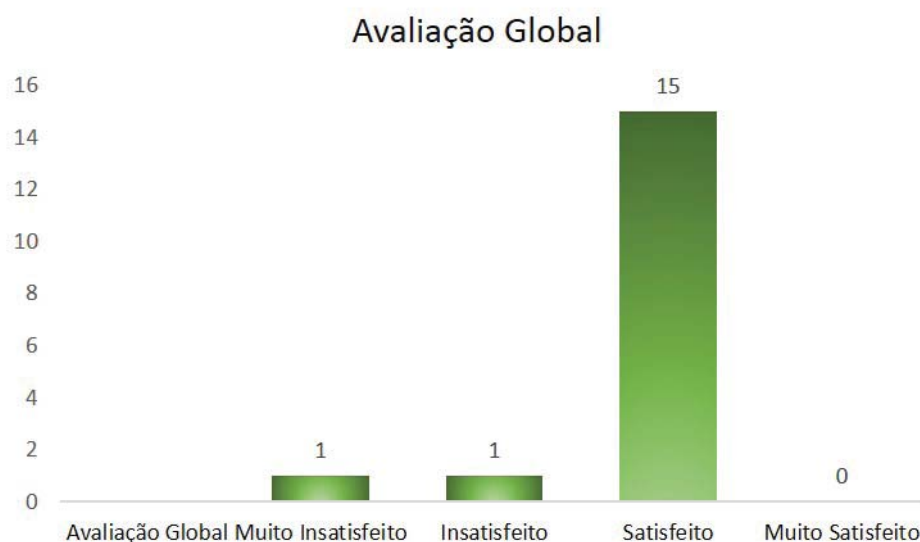


GRÁFICO 11 - AVALIAÇÃO GLOBAL (FONTE: DFIN)

Em termos globais verifica-se que cerca de 88 % dos inquiridos estão satisfeitos em relação ao desempenho global da APA.

Foram efetuadas algumas sugestões, das quais se destacam os seguintes aspetos a melhorar: Atendimento e Comunicação, nomeadamente na divulgação atempada de eventos ambientais e no atendimento telefónico e reencaminhamento de chamadas.

Estão previstos para 2016, projetos do eixo de Gestão, que permitirão melhorar alguns aspetos identificados, nomeadamente:

- Reformulação do portal da APA, orientando-o para as principais necessidades dos clientes.
- Planeamento e arquitetura da informação e webdesign do novo portal de dados da APA para a divulgação da informação ambiental da APA, bem como de aplicações móveis para o mesmo efeito.
- Melhoria da qualidade e eficiência do atendimento prestado pelo APA aos seus clientes, através da implementação da primeira fase do projeto: realização de diagnóstico à área do atendimento ao cliente na APA.
- Desenvolvimento e Implementação de uma solução de Digital Signage/ Promo Displays, a qual permitirá imprimir uma nova dinâmica na forma de comunicar com clientes e funcionários, promover uma redução de custos de impressão de material informativo em suporte de papel (folhetos, sinalética de segurança, e outros), transmitir, em live streaming, eventos a decorrer no auditório da APA, reforçar e uniformizar a sua imagem externa, bem como apoiar o Serviço de Atendimento.

### III. ANALISE SINTETICA DO BALANÇO SOCIAL

De acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o Balanço Social passa a integrar o Relatório Anual de Atividades. O Balanço Social é um instrumento de apoio ao Planeamento e Gestão, cuja elaboração é obrigatória e realizada nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro.

A 31 de Dezembro de 2015, a APA, para a prossecução das suas atribuições, dispunha de 691 trabalhadores com as seguintes modalidades de vinculação: Comissão de Serviço (11%) e Contrato de trabalho em Funções Públicas (CTFP) (89%).

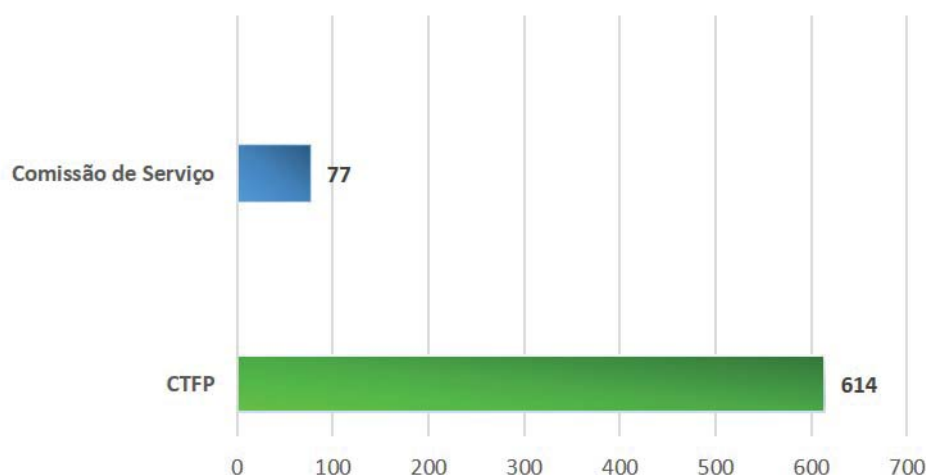


GRÁFICO 12 - DISTRIBUIÇÃO POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

No que respeita à distribuição dos efetivos por grupos profissionais constatou-se que a maioria dos efetivos se concentravam na carreira de Técnico Superior (54%) e na carreira de Assistente Técnico (24,8%), 6,6% inseriam-se na carreira de Assistente Operacional, 3% na Carreira de Informático, 11 % ocupavam cargos de Dirigentes Intermedios e os restantes 0,6% ocupavam cargos de Dirigentes Superiores.

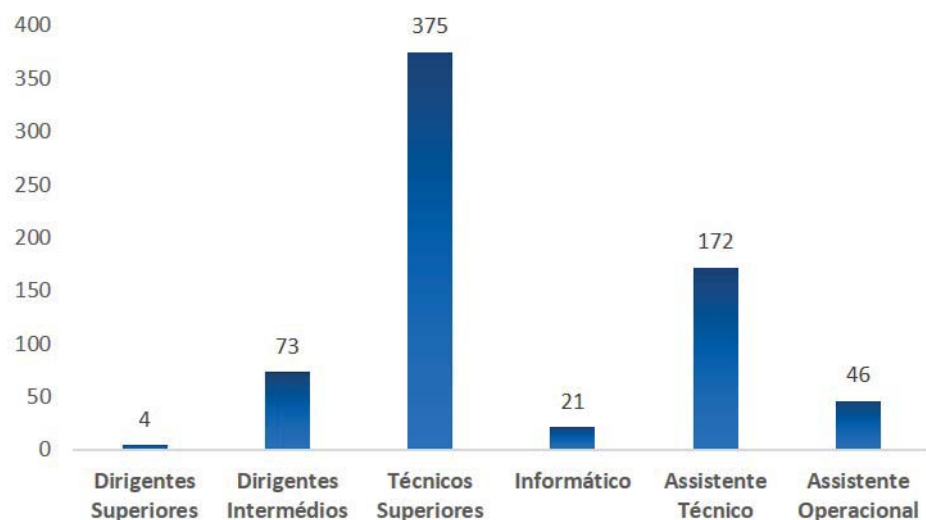


GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO POR CARGO E CARREIRA/CATEGORIA (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

No que respeita às percentagens de repartição por género, o sexo feminino representa cerca de 62% do universo de colaboradores do APA, com prevalência na carreira Técnica Superior. Relativamente à taxa de feminização dirigente esta situa-se nos 61,0%.

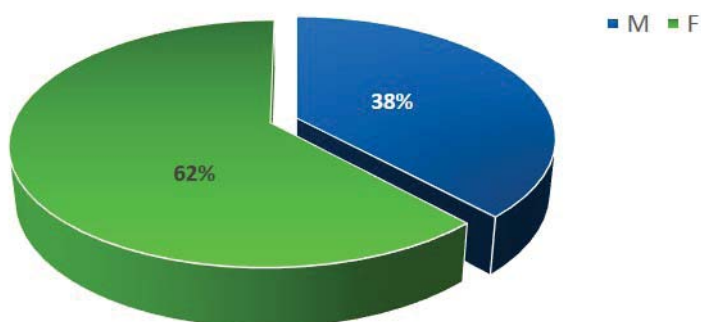


GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

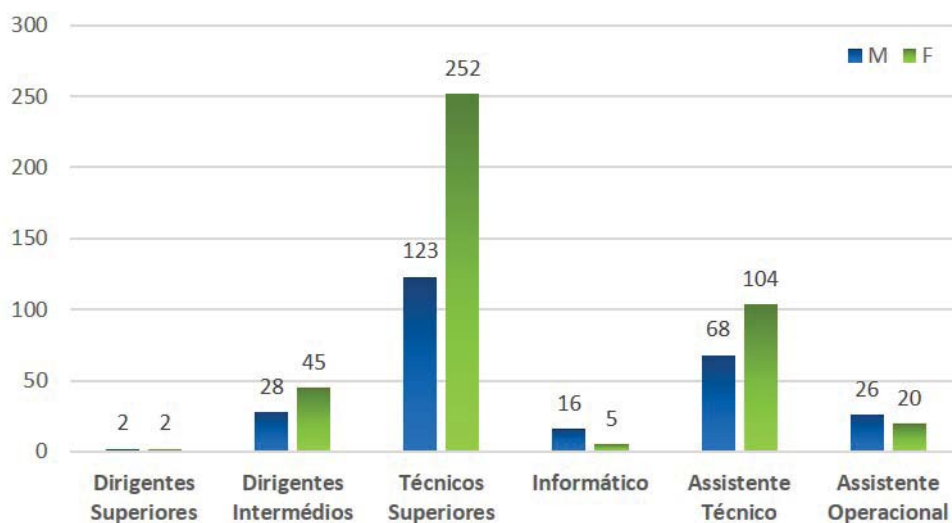


GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO E CARREIRAS/CATEGORIAS (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

É nas faixas etárias entre os 50-54 anos e os 55-59 anos, que se situa o maior número de trabalhadores, num total de 263 indivíduos que correspondem a 38% do universo de trabalhadores. Da análise global verifica-se que 55% dos trabalhadores em exercício de funções tem mais de 50 anos, situando-se no intervalo entre 50 anos e os 69 anos. Esta realidade está associada a vários fatores que têm inibido o rejuvenescimento do universo da “função pública”, destacando-se: as restrições orçamentais, as políticas de recrutamento que restringem o acesso à administração pública, a carência de trabalhadores com competências especializadas nas áreas técnicas, entre outras.

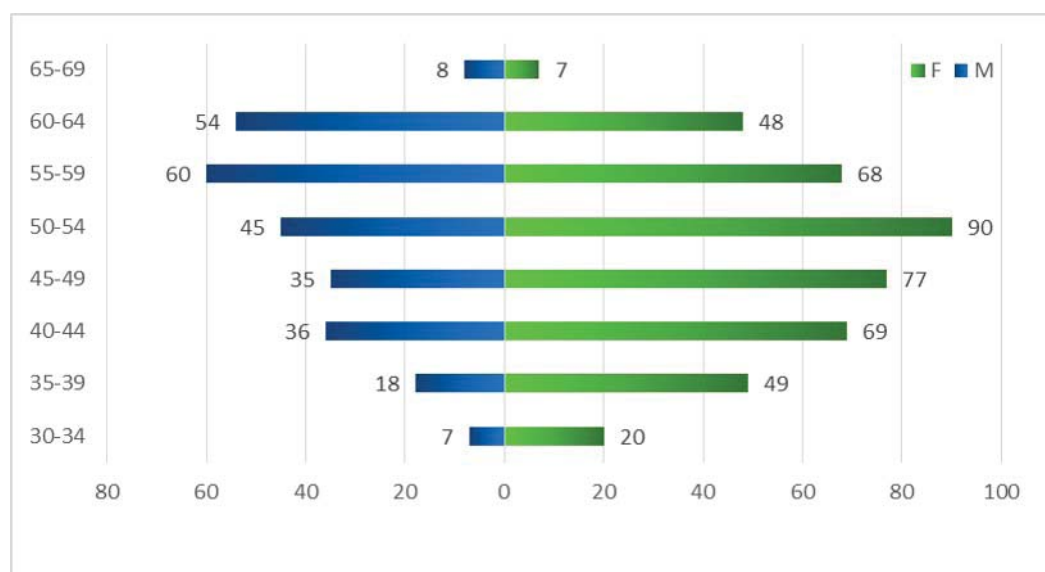


GRÁFICO 16 - PIRÂMIDE ETÁRIA POR GÉNERO (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

Na APA, 556 trabalhadores (80,4%) detêm uma antiguidade na função pública superior a 15 anos. De assinalar que a antiguidade de 50 destes trabalhadores é superior a 40 anos, podendo a curto prazo surgir pedidos para aposentação. Os intervalos entre os 20 e os 24 anos e os 25 e 29 anos de antiguidade registam um maior número de trabalhadores, abrangendo 35% do total. Contudo, a percentagem de efetivos com menos de 15 anos é de 26,6%.

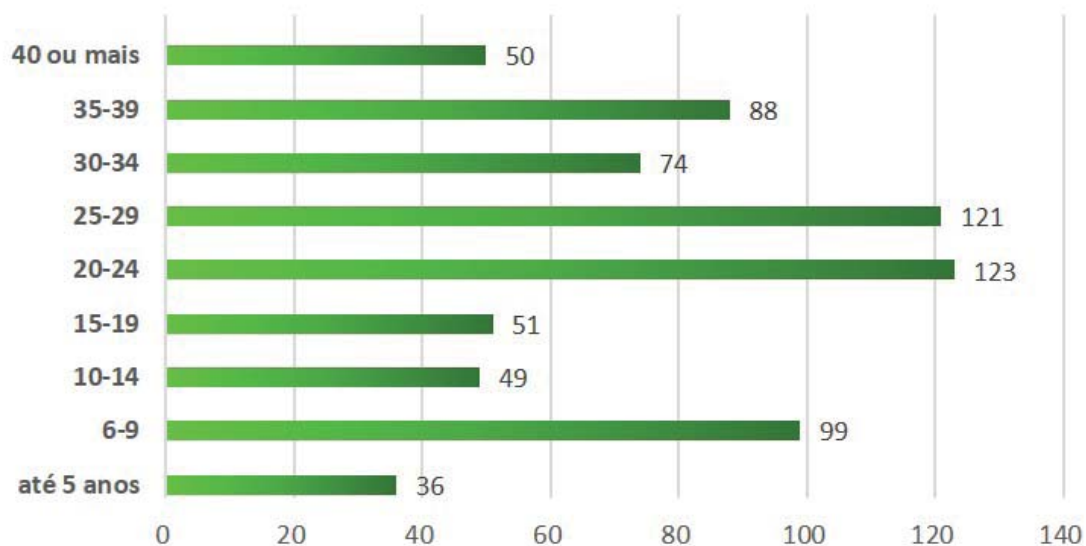


GRÁFICO 17 - ANTIGUIDADE DOS COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

No que concerne à estrutura habilitacional, cerca de 67% dos trabalhadores da APA são detentores de um nível habilitacional igual ou superior à licenciatura. Desses 48% possuem o grau de mestre e 7,7% o grau de doutoramento. Em contrapartida mais de 33% de trabalhadores possuem habilitação igual ou inferior ao 12º ano de escolaridade.



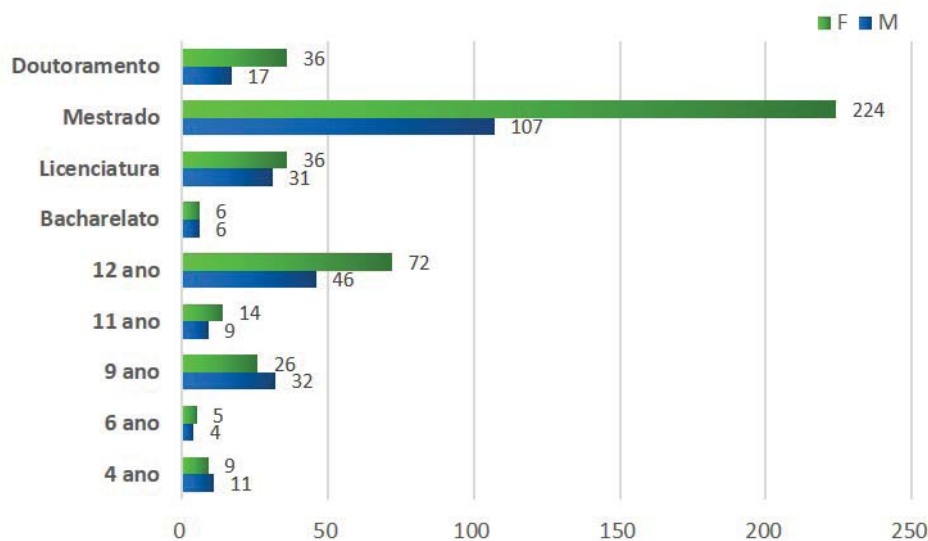


GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E GÊNERO (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

No que se refere à entrada de novos trabalhadores e regressos ao quadro de origem da APA, verificaram-se 59 entradas. Destas, 53% pertencem à carreira de Técnico Superior. Saliente-se que 39% dos trabalhadores que ingressaram na APA foi em situação de mobilidade e 30% por outras situações, nomeadamente por cedência de interesse público e por regresso de nomeação em Gabinete Ministerial).

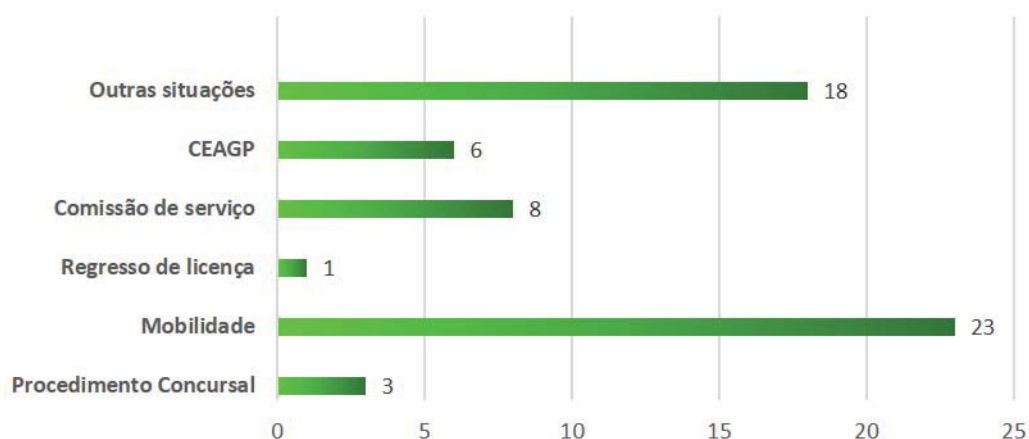
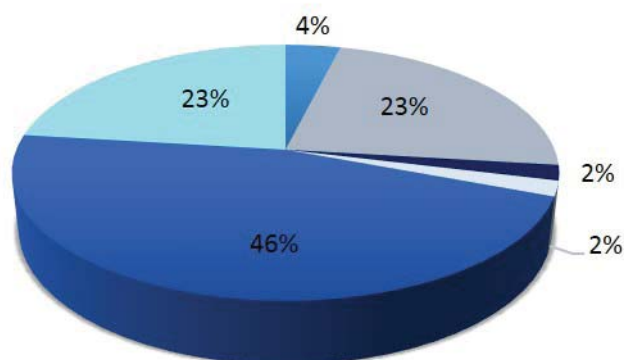


GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO POR ENTRADAS E REGRESSOS PARA A APA (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

O gráfico seguinte refere-se ao número de saídas ocorridas na APA e à tipologia das mesmas. Em 2015, verificaram-se 52 saídas de trabalhadores da APA. Desses, 71 % pertenciam à carreira de técnico superior, 21% à carreira de Assistente Técnico, 6% à carreira de Informática e o restante 2% à carreira de Assistente Operacional. Cruzando as saídas com o motivo das mesmas, constata-se que a maioria dos trabalhadores saíram em situação de mobilidade (46%) e por aposentação (23%).



■ Morte ■ Aposentação ■ Renovação ■ Denúncia ■ Mobilidade ■ Outras situações

GRÁFICO 20 - DISTRIBUIÇÃO DA SAÍDA DE TRABALHADORES DA APA (FONTE: BALANÇO SOCIAL/ 2015)

### Formação Profissional

Durante o ano 2015 foi ministrada formação a 430 efetivos (62 % do total de trabalhadores), num total de 953 ações de formação realizadas, internas e externas e a maioria em regime presencial (99,6%).

Ações Realizadas	N.º de Horas	N.º de Participantes	Investimento
953	19380	430	0,13 M€

TABELA 20 - RESUMO DA FORMAÇÃO (FONTE: RAF/ 2015)

Dos 62% de trabalhadores que participaram em ações de formação, 63% são pertencentes à carreira Técnica Superior, 17% são Dirigentes Intermédios e 16% são Assistentes Técnicos.

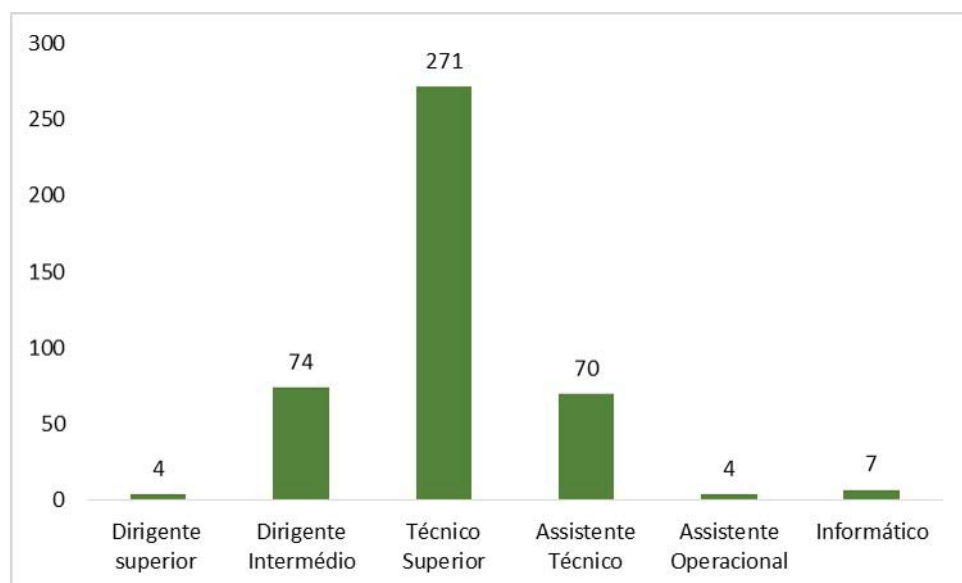


GRÁFICO 21 - N.º DE TRABALHADORES QUE PARTICIPARAM EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA/GRUPO (FONTE: RAF/ 2015)

No gráfico seguinte foi apurado o número de horas despendidas em formação interna e externa, por carreira, observando-se um maior número de horas despendidas nas carreiras de Técnico Superior (Interna: 60%; externa: 83%) e de dirigente Intermédio (Interna: 21%; externa: 8%).

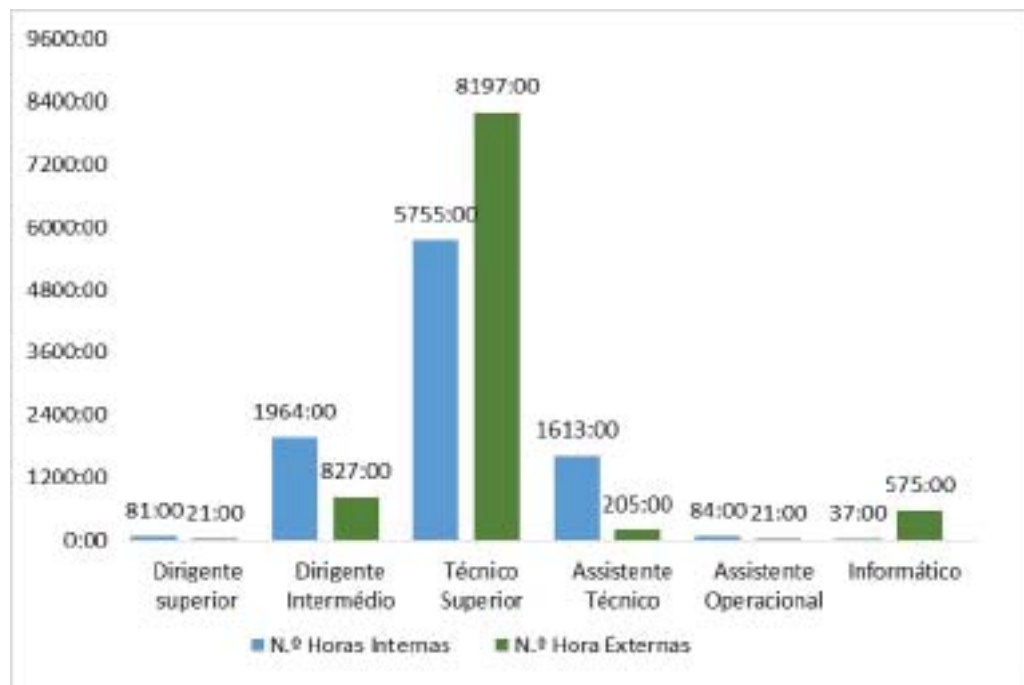


GRÁFICO 22 - N.º DE HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA POR CARREIRA (FONTE: RAF/ 2015)

O total da despesa em formação interna e externa foi de 0,135 M€, dos quais 0,061 M€ em formação interna (55%) e 0,074 M€ em formação externa (45%). De salientar que cerca de 97 ações de formação, num total de 275 edições, foram gratuitas, representado 29% do volume total das ações de formação.

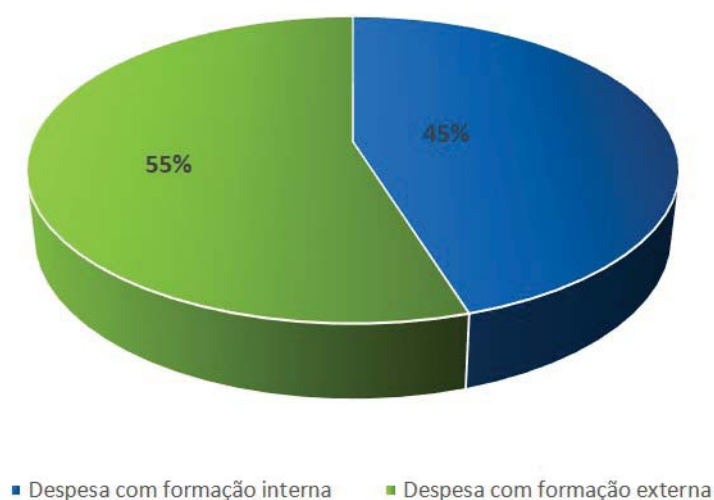


GRÁFICO 23 - CUSTOS COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FONTE: RAF/ 2015)

As áreas de estudo com maior expressão nas ações de formação foram: as ciências empresariais (28%), a proteção do ambiente (28%), o Direito (17%), a informática (12%) e o desenvolvimento pessoal (8%).

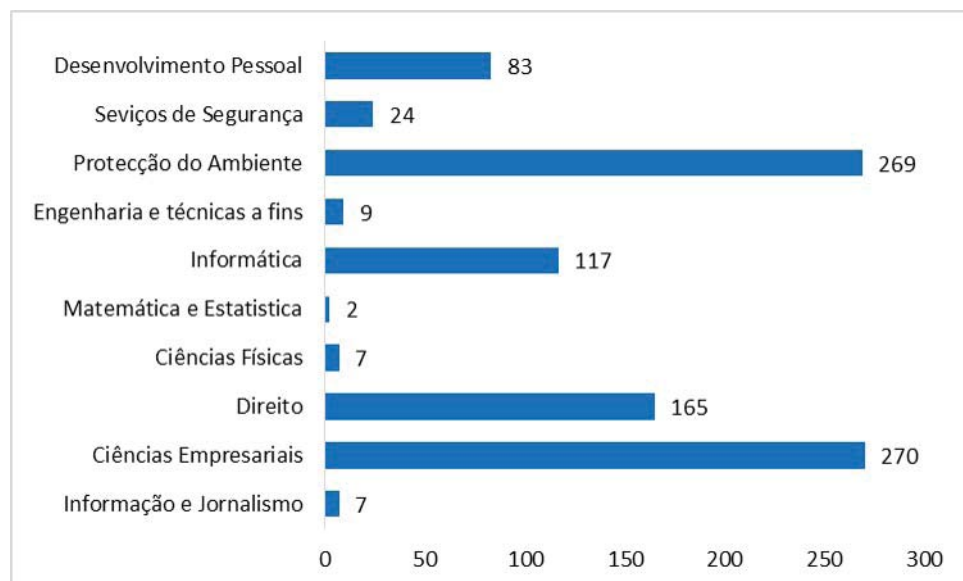


GRÁFICO 24 - DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO POR ÁREA DE ESTUDO (FONTE: DRHF/ 2015)

## IV. AVALIAÇÃO FINAL

### 4.1. APRECIACÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E PROPOSTA DE MENÇÃO QUALITATIVA

A apreciação dos resultados obtidos em sede de autoavaliação nos termos da metodologia aplicada permitem atribuir a **menção qualitativa de Bom** à APA e a **menção quantitativa de 152%**, na medida em que, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, todos os **objetivos constantes do QUAR de 2015 foram atingidos ou superados**.

### 4.2. CONCLUSÕES PROSPETIVAS E MEDIDAS DE REFORÇO POSITIVO

Em 2015, a APA procurou dar continuidade à sua Missão, alinhando a sua atividade com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano 2012 / 2015 e com a Estratégia Orçamental 2011-2015.

Apesar dos vários constrangimentos enfrentados, os quais criaram desafios à execução de alguns projetos em 2015, a maioria foi decorrente de variáveis exógenas à APA.

Podemos destacar as incertezas regulamentares e de tramitação dos procedimentos administrativos inerentes ao processo de contratação pública, a obrigatoriedade de emissão de pareceres prévios vinculativos de várias entidades, entre outros. Mas ainda assim, os resultados obtidos foram positivos. A superação das metas estabelecidas e os bons resultados alcançados na execução dos projetos e atividades foram possíveis graças ao empenho, experiência, elevado sentido de responsabilidade e dedicação dos trabalhadores que integram a Agência.

Para o próximo biênio, a APA irá dar continuidade ao cumprimento das suas competências apostando no reforço dos mecanismos de simplificação, comunicação, transparência e flexibilidade, numa perspetiva de melhoria contínua da prestação de serviço público. Continuará a apostar na implementação de medidas que garantam a otimização de recursos e a racionalização de custos, procurando otimizar o número de aquisições de bens e serviços e diversificar as suas fontes de financiamento.

Uma das prioridades será a harmonização, simplificação e desmaterialização dos processos vitais da organização, a interoperabilidade, consolidação e desenvolvimento dos sistemas de informação existentes, em particular do SILiAmb e do SNIAmb. No âmbito do SILiAmb estão previstos novos desenvolvimentos de grande importância, em particular as funcionalidades de apoio ao projeto LUA.

Será dado ênfase às iniciativas de promoção da APA junto do público, e às medidas de reforço de cooperação externa e parcerias com stakeholders estratégicos. Apostar-se-á na melhoria e reforço dos mecanismos de comunicação através da implementação de uma nova estratégia de comunicação com a reformulação do portal da Agência e com a reestruturação do atendimento orientando-os para as principais necessidades dos clientes e dos stakeholders.

Em matéria de recursos humanos continuar-se-á a apostar na melhoria da qualificação dos trabalhadores da APA, através de um aumento da oferta de ações de formação técnica e especializada adaptada às necessidades identificadas. Do mesmo modo, procurar-se-á adequar o mapa de pessoal às necessidades da Agência e promover o recrutamento para responder à necessidade de recursos humanos com perfis especializados.

Garantir-se-á as ações de proteção de pessoas e bens, quer através da execução das intervenções necessárias, quer através de ações de manutenção e melhoria dos sistemas de informação de vigilância e alerta de riscos e das redes de monitorização ambientais (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas e radioatividade, etc.).

Será dada continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos já iniciados no âmbito do Planeamento e do Reporte ambiental, em particular um novo site para o REA.

## ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

### FIGURAS

Figura 1 - Missão, lema e Visão .....	7
Figura 2 - Objetivos Estratégicos.....	7
Figura 3 - Prioridades de Ação.....	8
Figura 4 - Património Imóvel da APA.....	29

### TABELAS

Tabela 1 - Análise da Execução do Objetivo 1.....	20
Tabela 2 - Análise da execução do Objetivo 2.....	20
Tabela 3 - Análise da execução do Objetivo 3.....	21
Tabela 4 - Análise da execução do Objetivo 4.....	22
Tabela 5 - Análise da execução do Objetivo 5.....	22
Tabela 6 - Análise da execução do Objetivo 6.....	23
Tabela 7 - Análise da execução do Objetivo 7.....	24
Tabela 8 - Análise da execução do Objetivo 8.....	24
Tabela 9 - Análise da execução do Objetivo 9.....	25
Tabela 10 - Análise da execução do Objetivo 10.....	25
Tabela 11 - Análise da execução do Objetivo 11.....	26
Tabela 12 - Análise da execução final do QUAR.....	26
Tabela 13 - Variação do N.º de Recursos Humanos da APA.....	27
Tabela 14 - Orçamento Total - funcionamento e investimento.....	27
Tabela 15 - Orçamento de Funcionamento.....	27
Tabela 16 - Orçamento de Investimento.....	28
Tabela 17 - Orçamento de investimento por áreas estratégicas .....	28
Tabela 18 - Sistemas de Informação e Aplicações Existentes na APA.....	32
Tabela 19 - Questionário do sistema de controlo interno.....	33
Tabela 20 - Resumo da Formação.....	48

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das viaturas da APA, por tipo de viatura e por Região.....	30
Gráfico 2 - Gestão e Sistemas de Informação.....	37
Gráfico 3 - Condições de trabalho na APA.....	38
Gráfico 4 - Envolvimento e Participação dos trabalhadores da APA.....	38
Gráfico 5 - Avaliação Global.....	39
Gráfico 6 - Relacionamento da APA com o Cidadão e a Sociedade.....	39
Gráfico 7 - Imagem Global que os Clientes têm da APA .....	41
Gráfico 8 - Atendimento e Comunicação.....	41
Gráfico 9- Produtos E Serviços.....	42
Gráfico 10 - Envolvimento e Participação.....	42
Gráfico 11 - Avaliação Global.....	43
Gráfico 12 - Distribuição por Relação Jurídica de Emprego Público.....	44
Gráfico 13 - Distribuição por Cargo e Carreira / Categoria.....	44
Gráfico 14 - Distribuição por Género.....	45
Gráfico 15 - Distribuição por Género e Carreiras / Categorias.....	45
Gráfico 16 - Pirâmide Etária por Género.....	46
Gráfico 17 - Antiguidade dos colaboradores por faixa etária.....	46
Gráfico 18 - Distribuição por Níveis de Escolaridade e Género.....	47
Gráfico 19 - Distribuição por Entradas e Regressos para a APA.....	47
Gráfico 20 - Distribuição da saída de trabalhadores da APA.....	48
Gráfico 21 - N.º de Trabalhadores que participaram em ações de formação por cargo/carreira/grupo.....	48
Gráfico 22 - N.º de Horas despendidas em formação interna e externa por Carreira.....	49
Gráfico 23 - Custos com a Formação Profissional.....	49
Gráfico 24 - Distribuição das ações de Formação por Área de Estudo.....	50

## ACRÓNIMOS

### SIGLA DESIGNAÇÃO

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AdaPT	Adaptation to Climate Change
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AIEA	Agência Internacional de Energia Atómica
AMA	Área Marinha Protegida das Avenças
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P.
ARH	Administração de Região Hidrográfica
BI	Business Intelligence
BLOSSOM	Bridging long-term scenario and strategy analysis
CA	Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental
CADC	Convenção de Albufeira
CAF	Common Assessment Framework
CCAIA	Conselho Consultivo de AIA
CCAS	Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços
CCC	Comité das Alterações Climáticas
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CD	Conselho Diretivo
CDP	Carbon Disclosure Project
CE	Comissão Europeia
CEAGP	Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública
CEE/ONU	Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
COM	Comunidade Europeia
COP	Conferência das Partes
Corap	Plano Evolutivo Comunitário
CPLP	Comissão dos Países de Língua Portuguesa
CQNUAC	Convenção Quadro das Nações Unidas para Alterações Climáticas
CRF	Common Reporting Format
cRHonus	Sistema informático de Gestão de presenças e assiduidade
CSN	Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha
CTFP	Contrato de trabalho em Funções Públicas
CV	Crescimento Verde
DRE.	Diário da República Eletrónico
DAGRI	Diretiva da Avaliação e Gestão de Risco de Inundações
DGO	Direção Geral do Orçamento
DPM	Domínio Público Marítimo
DPP	Departamento de planeamento e Prospetiva
DQA	Diretiva Quadro da Água
DQEM	Diretiva Quadro Estratégia Marinha
DRES	Departamento de Resíduos
DRH	Departamento de Recursos Hídricos
DUC	Documento Único de Cobrança
ECOSTAT	Ecological Status
ECHA	Agência Europeia dos Produtos Químicos
EDP	EDP - Energias de Portugal, S.A. Sociedade Aberta
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
EIONET	European Environment Information and Observation Network.
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria



## ACRÓNIMOS

### SIGLA DESIGNAÇÃO

ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENAR	Estratégia Nacional para um Ar Mais Limpo
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FCCN	Fundação para a Computação Científica Nacional
FIA	Fundo de Intervenção Ambiental
FPC	Fundo Português do Carbono
FPRH	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos
GERFIP	Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado
GPA	Green Project Awards
GT	Grupo de Trabalho
GTEAS	Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
GTL	Grupo de Trabalho do Litoral
IDE	Infraestrutura de Dados Espaciais
IIR	Informative Inventory Report
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INES	Escala Internacional de Ocorrências Nucleares
INSPIRE	Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia
IST	Instituto Superior Técnico
JRC	Joint Research Centre
LUA	Licenciamento Único de Ambiente
MGM	Microrganismos Geneticamente Modificados
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
MRRU	Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
MTR	Movimento Transfronteiriço de Resíduos
NAV	Sistema de Controlo de Receitas-faturação e emissão de Ducs
NFR	Reporte
NIR	National Inventory Report
NIR	National Inventory Report
NRC FLIS	National Reference Centre for Forward Looking Information and Scenarios
OAU	Óleos Alimentares Usados
OE	Orçamento de Estado
OF	Orçamento de Funcionamento
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OI	Orçamento de Investimento
ONGA	Organizações Não-Governamental de Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPAR	Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
PACITA	Parliaments and civil society in Technology Assessment
PAPVL	Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
PCB	Policlorobifenilos
PE	Parlamento Europeu
PENSAAR 2020	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Sistemas de Águas Residuais
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PERH	Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares
PERSU2020	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2020
PESGRI	Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais
PGBH	Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas

## ACRÓNIMOS

### SIGLA DESIGNAÇÃO

PGEp	Plano de Gestão da Enguia português
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PGRl	Plano de Gestão de Risco de Inundações
PIC	Prévia Informação e Consentimento
PHP	Linguagem de script interpretada do lado do servidor de código aberto amplamente utilizado no desenvolvimento web
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PO SEUR	Programa Operacional para a Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos
POAAP	Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
POC	Programas de Orla Costeira
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POE	Planos de Ordenamento de Estuários
POOC	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PostgreSQL	Sistema gerenciador de banco de dados objeto relacional (SGBDOR), desenvolvido como projeto de código aberto
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PQ	Protocolo de Quioto
ProSolo	Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos
PRTR	Pollutant Release and Transfer Register
QAI	Qualidade do Ar Interior
QEC	Quadro Europeu Comunitário
QEPIC	Quadro de Políticas Públicas de Alterações Climáticas
QREN	Referência Estratégica Nacional
QSIGA	Questões Significativas da Gestão da Água
QUALAR	Sistema de Monitorização da Qualidade do Ar
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
QUERCUS	Associação Nacional da Conservação da Natureza
RAC	Comité de Avaliação dos Riscos
RADNET	Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ar
RARU	Relatório de Acompanhamento de Resíduos Urbanos
RCD	Resíduos de Construção e Demolição
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REA	Relatório do Estado do Ambiente
REAI	Regime de Exercício da Atividade Industrial
REAP	Regime de Exercício das Atividades Pecuárias
REE	Resíduos Elétricos e Eletrónicos
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
RH5	Região Hidrográfica 5
RJAIA	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental
RLIE	Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas
RNOE	Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas
RPLE	Registo Português de Licenças de Emissão
RSB	Regulamento de Segurança de Barragens
RU	Registo da União
S.A.	Sociedade Anónima
SAN's	Storage Área Network
SEAP	Secretaria de Estado da Administração Pública

## ACRÓNIMOS

### SIGLA DESIGNAÇÃO

SEVESO	Prevenção de Acidentes Graves
SIG	Sistema de Informação Geográfico
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SILiAmb	Sistema Integrado para o Licenciamento Ambiental
SILOGR	Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos
SIPTRUNK	Protocolo SIPTrunk aplicado às tecnologias VOIP, que permite a canalização de várias linhas através da Internet.
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SNIAmb	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
SNIERPA	Sistema nacional de inventário de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros de poluentes atmosféricos
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SOER	Relatório Europeu do Estado do Ambiente
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
TAU	Taxa Ambiental Única
TGR	Taxa de Gestão de Resíduos
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
TURH	Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
TWG	Technical Working Group
UE	União Europeia
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UNFCCC	Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas
VDI	Verein Deutscher Ingenieure
VFV	Veículos em Fim de Vida
VMWARE	Software/máquina virtual que permite a instalação e utilização de um sistema operacional dentro de outro dando suporte real a software de outros sistemas operativo
VNC	Virtual Network Computing
VOIP	Voice over Internet Protocol
VLAN	Rede Local virtual
WFS	Web Feature Services
WMS	Web Map Service
WG	Working Group
WPE	Working Party Environment
WPEI	Working Party on Environmental Information
I0YFP	10 Year Framework Programme

apambiente.pt

Rua da Murgueira, 9  
Bairro Zambujal  
Alfragide  
2610-124 Amadora  
geral@apambiente.pt